



FUNDAÇÃO SÃO PAULO
Mantenedora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
e Mantenedora do
Centro Universitário Assunção

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

2025



PUC-SP





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Fundação São Paulo ("FUNDASP" ou "Fundação"), fundação de direito privado, filantrópica e de natureza comunitária, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ("PUC-SP") e do Centro Universitário Assunção ("ASSUNÇÃO"), orientada, fundamentalmente, pelos princípios da Doutrina e da Moral Católica e comprometida com o Plano Pastoral da Arquidiocese de São Paulo, atendendo às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Fundação, elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Mensagem da Administração da Fundação São Paulo

A Fundação São Paulo, ciente da sua responsabilidade para com a Igreja e a Sociedade Brasileira, vem atuando com zelo e rigor na manutenção da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Centro Universitário Assunção.

Ao mesmo tempo em que empreende ações administrativo-financeiras, cuida da excelência acadêmica de suas mantidas, em trabalho conjunto com as Reitorias, por ela nomeadas, garantindo o trinômio do ensino, da pesquisa e da extensão, característico da vida universitária. Esforça-se para que a PUC-SP e o ASSUNÇÃO estejam em constantes diálogos com a Sociedade, sobretudo neste tempo em que desafios múltiplos nos fazem ter que empreender criatividade e probidade.

O reconhecimento público, o respeito e a seriedade dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos pela PUC-SP e o ASSUNÇÃO devem ser mantidos e aperfeiçoados, sempre mais.

A Fundação São Paulo segue, assim, cumprindo a sua Missão, que nesse momento se mostra mais do que institucional, mas também humanitária!

Objeto social e missão

A busca da Sabedoria, lema de suas mantidas, deve ser o fim último do saber humano e essa busca passa, necessariamente, pelo reconhecimento da dignidade do ser humano, desde o primeiro momento da sua concepção até o seu fim natural e pela presença de Deus. Que a PUC-SP e o ASSUNÇÃO, sempre mais sadias nas estruturas e nas atividades acadêmicas, possam colaborar com a sociedade humana nesta trajetória em busca da Sabedoria.

A Fundação São Paulo, pessoa jurídica de direito privado, instituída em 1945, tendo sido seu instituidor o Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, então Arcebispo Metropolitano de São Paulo, é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública e filantrópica, tendo caráter educacional, assistencial, cultural e comunitário, dedicando-se à pesquisa científica.

Em 13 de agosto de 1946, constituiu a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), instalada no dia 22 do mesmo mês e ano, da qual é mantenedora, instituição de ensino superior, pesquisa e cultura, atuando nos segmentos de assistência social e filantropia, tendo como objetivos a educação, o amparo, a inserção e a transformação social através de programas e atividades específicas que se coadunam com valores voltados à justiça e à dignidade humana, conforme disposto no artigo 7º de seu Estatuto Social.

Em 02 de janeiro de 2019, o IESP - Instituto Educacional Seminário Paulopolitano, transferiu para Fundação São Paulo a manutenção do Centro Universitário Assunção. O ASSUNÇÃO está comprometido com a educação, inspirada nos valores evangélicos e nos princípios de liberdade de expressão. O ensino no ASSUNÇÃO, em comunhão com a pesquisa e os serviços prestados à comunidade, tem como meta o aprimoramento qualitativo de seus egressos, dando ênfase ao crescimento pessoal e à capacitação para o aperfeiçoamento contínuo, seja por meio de cursos de pós-graduação *lato sensu* e aperfeiçoamento, seja por meio de grupos de estudo. Como instituição católica, incentiva a formação humanista e a prática pedagógica participativa e dialogada, como forma de melhor entendimento entre professores, alunos e funcionários.

A Fundação São Paulo cumpre sua missão aplicando integralmente os recursos arrecadados em suas finalidades, não remunerando dirigentes e prestando relevantes serviços à sociedade em suas áreas de atuação.

Investimento em arquitetura e infraestrutura

Em 2025, o Setor de Arquitetura e Infraestrutura manteve atuação estratégica e operacional em todos os campi e unidades mantidas pela Fundação São Paulo, assegurando a continuidade das operações acadêmicas, administrativas e assistenciais, bem como a preservação, modernização e expansão da infraestrutura institucional.

No exercício foram atendidos 8.618 chamados de manutenção distribuídos entre os campi Monte Alegre, Marquês de Paranaguá, Consolação, Vila Mariana, Ipiranga, Sorocaba (FCMS), Hospital Santa Lucinda, DERDIC e Sede FUNDASP.

As demandas concentraram-se principalmente em:

- Adequações civis (alvenaria, hidráulica, marcenaria, serralheria, pintura e vidraçaria);
- Serviços elétricos;
- Sistemas de climatização e ar-condicionado.

O volume de atendimentos reflete a complexidade operacional da Fundação e o compromisso com a manutenção preventiva e corretiva dos ativos imobiliários e instalações técnicas.

Intervenções Estruturais e Projetos Relevantes

Além da rotina de manutenção, foram executadas mais de 150 intervenções estruturais e projetos de melhoria ao longo do exercício, com destaque para:

a) Sede FUNDASP

- Restauro de fachada e readequações internas;
- Manutenção e modernização de elevadores;
- Desenvolvimento de projeto para Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA).

b) Campus Monte Alegre da PUC-SP

- Climatização de salas de aula;
- Reformas acadêmicas e administrativas;
- Ampliação de infraestrutura de TI e rede Wi-Fi;
- Projetos de acessibilidade;
- Início de revitalizações estruturais e intervenções em fachadas.

c) Campus Marquês de Paranaguá

- Climatização de prédios e salas de aula;
- Modernização elétrica;
- Melhorias em iluminação externa e estacionamentos;
- Implementação de sistemas de segurança e geradores.

d) Edifício Comendador Alexandre Balbo (Rua da Consolação)

- Infraestrutura para Tecnologia da Informação;
- Melhoria das condições estruturais e de funcionalidade do espaço administrativo.

e) Campus Ipiranga

- Manutenção preventiva e corretiva;
- Melhorias estruturais e adequações de infraestrutura;
- Readequações decorrentes de intercorrências climáticas;
- Manutenção de áreas externas e paisagísticas;
- Reparos em estruturas de proteção e fechamento perimetral;
- Melhorias na iluminação externa e em instalações técnicas;
- Serviços de pintura interna em blocos acadêmicos;
- Adequações nas instalações elétricas das salas de aula.

f) Edifício Vancouver (Alameda Barros)

- Infraestrutura para Tecnologia da Informação;
- Melhoria das condições estruturais e de funcionalidade do espaço administrativo.

g) Campus Vila Mariana

- Reforma de auditórios e espaços institucionais;
- Adequações estruturais e reforços prediais;
- Implementação de melhorias em sistemas elétricos, hidráulicos e de climatização.

h) Campus Sorocaba (FCMS)

- Projetos de retrofit e modernização de espaços acadêmicos;
- Adequações em laboratórios;
- Melhorias em climatização de auditórios e salas.

i) Hospital Santa Lucinda

- Reformas estruturais na UTI Adulto;
- Substituição e modernização de sistemas de climatização;
- Instalação de painéis fotovoltaicos;
- Projetos e adequações para atendimento às exigências do Corpo de Bombeiros (AVCB);
- Projetos de reforço estrutural e modernização hospitalar;
- Manutenção preventiva e corretiva.

j) DERDIC

- Reformas e ampliações de quadras e ginásio;
- Expansão de salas de aula;
- Atualização de sistemas de climatização;
- Implementação de SPDA e melhorias estruturais;
- Manutenção preventiva e corretiva.

k) Gestão e Sustentabilidade da Infraestrutura

As ações realizadas em 2025 evidenciam:

- Fortalecimento da manutenção preventiva e corretiva;
- Modernização de sistemas elétricos, hidráulicos e de climatização;
- Adequação às normas técnicas e regulatórias (incluindo AVCB e exigências sanitárias);
- Investimentos em eficiência energética, com destaque para instalação de painéis fotovoltaicos no Hospital Santa Lucinda;
- Ampliação da infraestrutura acadêmica e assistencial, alinhada ao crescimento institucional.

O conjunto de intervenções reafirma o compromisso da Fundação com a qualidade dos ambientes acadêmicos, administrativos e hospitalares, garantindo segurança, funcionalidade, sustentabilidade e suporte adequado às atividades educacionais e assistenciais.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Abaixo resumo quantitativo dos chamados de Manutenção atendidos pelo departamento de Arquitetura e Infraestrutura da FUNDASP, nos campi:

Categories	Monte Alegre	Marquês	Consolação	NCC	FCMS	Vila Mariana	Ipiranga	DERDIC	HSL	Sede FUNDASP	Total Geral
Adequações Cívicas	1.202	237	11	42	683	483	223	217	2.237	152	5.487
Alvenaria e Divisórias	250	74	5	-	174	252	36	101	423	16	1.331
Bebedouro	-	1	-	1	41	13	-	6	109	-	171
Chaveiro	217	37	-	-	74	23	51	34	194	13	643
Hidráulica	289	54	4	11	98	75	28	27	417	74	1.077
Jardinagem	31	-	-	-	11	1	16	8	29	4	100
Marcenaria	253	29	2	22	108	44	29	20	606	28	1.141
Persiana	19	4	-	2	20	10	2	2	56	3	118
Pintura	41	15	-	4	82	44	46	1	182	7	422
Serralheria	41	11	-	2	58	13	12	16	210	3	366
Vidraçaria	61	12	-	-	17	8	3	2	11	4	118
Elétrica	692	131	9	7	252	198	76	51	839	57	2312
Ar condicionado	370	28	5	3	89	26	6	42	215	35	819
Total Geral de Chamados	2.264	396	25	52	1.024	707	305	310	3.291	244	8.618

Governança, estrutura, desempenho e atuação

1. Governança corporativa

Objetivando as melhores práticas de governança corporativa a Fundação São Paulo vem implementando ações de monitoramento e incentivos, que envolvem as relações entre a Fundação e seus pares. Dentro dessa perspectiva foram concebidas:

1.1. ESG (Environmental, Social and Governance)

Desde 2021, a Fundação São Paulo discute estratégias para implementar os pilares de ESG (Environmental, Social and Governance) no cotidiano da Instituição enquanto apoia

e reforça as ações realizadas pelas Instituições Mantidas e Unidades Suplementares.

Breve relato das ações ESG inovadoras de 2025:

a) Redução Plástico de Uso Único

O consumo de copos descartáveis reduziu em 70% (comparação do consumo de 2024 x 2025), considerando tanto copos plásticos como copos de papel (detalhamento em anexo). A ação terá continuidade em 2026 com a disponibilização de recipientes reutilizáveis a outros setores da Instituição e a realização de campanhas de sensibilização.

RESUMO EM UNIDADES

DESCRIÇÃO	ADM FUNDASPOROCABA			ADM FUNDASPSÃO PAULO			TOTAL		
	2025	2024	VARIAÇÃO	2025	2024	VARIAÇÃO	2025	2024	VARIAÇÃO
Copo Água Plástico	15.500	116.000	-86,64%	12.800	148.900	-91,40%	28.300	264.900	-89,32%
Copo Água Papel	840	120	600,00%	36.041	14.326	151,58%	36.881	14.446	155,30%
Copo Café Plástico	1.200	-	100,00%	600	14.500	-95,86%	1.800	14.500	-87,59%
Copo Café Papel	-	-	0,00%	20.700	5.100	305,88%	20.700	5.100	305,88%
Total	17.540	116.120	-84,89%	70.141	182.826	-61,64%	87.681	298.946	-70,67%

b) Energia Limpa

Foi contratada uma empresa detentora do Certificado I-REC (Internacional Renewable Energy Certificate), instrumento internacional que comprova a origem renovável da energia consumida, sendo aplicado a diversos campi de São Paulo, bem como o prédio da Faculdade de Medicina em Sorocaba. O Hospital Santa Lucinda conta com captação de energia por meio de placas fotovoltaicas.

O projeto implementado contribuiu diretamente para a redução de aproximadamente 32,8% nos custos financeiros desembolsáveis com energia elétrica da FUNDASP (consumo de 2025 detalhado abaixo).

Consumo de energia renovável adquirida junto a empresa certificada "Mercado Livre Renovável"

Endereço	Município	Concessionária	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Av. Nazaré, 993	São Paulo	Enel - SP	44.572.878	44.862.111	47.020.743	48.396.852	184.852.584
Rua Afonso Celso, 705	São Paulo	Enel - SP	112.081.140	110.750.040	102.549.240	112.281.120	437.661.540
Rua Dra. Neide Ap. Sollito, 435	São Paulo	Enel - SP	31.791.071	37.865.573	39.114.321	37.725.551	146.496.516
Rua Ministro de Godoy, 875	São Paulo	Enel - SP	473.961.390	408.141.090	339.521.910	368.996.040	1.590.620.430
Rua Monte Alegre, 971	São Paulo	Enel - SP	28.157.661	16.544.241	13.678.686	18.570.510	76.951.098
Rua Monte Alegre, 1024	São Paulo	Enel - SP	85.921.500	77.255.955	68.076.330	71.406.615	302.660.400
Rua Joubert Wey, 290	Sorocaba	CPFL	26.010.013	69.387	57.118	77.041	26.213.559
Total			802.495.653	695.488.397	610.018.348	657.453.729	2.765.456.127

A Fundação prevê para 2026 a migração de 01 (um) unidade para o mercado livre de energia elétrica, Hospital Santa Lucinda.

c) Mapeamento de ESG nos Fornecedores

A Fundação continua aplicando formulário de mapeamento ESG para conhecer o grau de maturidade de fornecedores estratégicos que prestam serviços à Entidade, e em 2025, foram incluídos 14 fornecedores.

d) Descarte Adequado de Resíduos e Reutilização de Equipamentos

Foram recicladas 3921 lâmpadas fluorescentes no ano de 2025. A título de comparação, no ano de 2024 foram recicladas 6625 lâmpadas. Foram coletados 5465 containers de lixo comum (coletas diárias ou 3 vezes por semana nas unidades - dados coletados até 05/12). Cada container tem capacidade de 1 tonelada.

Em 2025, foram colocados para leilão 989 itens, entre eles, móveis, equipamentos eletrônicos, de informática e hospitalar. A periodicidade, dependente da montagem de lotes e espaço físico para mantê-los. Foram reciclados 21.370kg de papel, papelão e sucata de metal. À título de comparação, no ano de 2024 foram reciclados 18.825kg de papel.

e) Documentos Institucionais

Estímulo à conduta ética e à Integridade por meio de documento institucionais publicados e disponível para acesso de todos pelo site da Fundação São Paulo. O Código de Ética e Conduta, Política Anticorrupção e o Programa de Integridade foram revisados em 2025 e serão publicados em 2026.

f) Canal de Ética

Adoção pela Instituição, conforme melhores práticas de governança, do Canal de Ética, um mecanismo institucional destinado a receber e tratar manifestações de natureza ética e de conformidade, em acordo com o previsto em sua política. Garante análise técnica, imparcialidade, respeito às partes envolvidas e a adoção das medidas institucionais cabíveis. O Canal está publicado no site da FUNDASP para acesso de todos.

1.2. Código de Ética e Conduta

Em 2017, a FUNDASP publicou o Código de Ética e Conduta da Fundação São Paulo, estabelecendo princípios e normas dirigidos a todos os empregados, terceiros, fornecedores, prestadores de serviços e agentes intermediários, bem como a todos aqueles que mantenham vínculo acadêmico com a Fundação São Paulo através de sua mantida. Esse Código previa a criação de um setor independente, responsável em acompanhar e zelar pela probidade, transparência e combate à fraude. Em 2018, foi criado o Setor de Integridade. Em setembro de 2019 foi publicado o programa de integridade da Fundação, <https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/programa-de-integridade/arquivos/programa-de-integridade-fundasp.pdf>



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1.3. Canal de Ética

No exercício de 2025, a Fundação São Paulo consolidou sua Política de Gestão do Canal de Ética e Integridade, como instrumento formal de governança e fortalecimento do seu Programa de Integridade. O Canal, operado por empresa externa independente e disponível de forma contínua, permite o registro seguro e confidencial de manifestações relacionadas a condutas éticas e temas de conformidade.

O processo de apuração observa critérios técnicos, prazos definidos, proteção contra retaliações e respeito aos direitos das partes envolvidas, sendo conduzido pelo Setor de Ética e Integridade, com deliberação final da Diretoria Executiva. A política aplica-se transversalmente à Mantenedora, mantidas e unidades suplementares, contribuindo para a mitigação de riscos, o fortalecimento dos controles internos e a promoção de ambiente institucional íntegro e transparente.

<https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/canal-de-etica/arquivos/politica-de-gestao-do-canal-de-etica.pdf>

1.4. Proteção de dados

- Lei de Proteção de dados

A Lei Federal nº 13.709/2018, sancionada em 2018, tem como objetivo, proteger os dados pessoais para garantir a liberdade, segurança e justiça de cada indivíduo.

A Alta Administração da Fundação São Paulo, com o compromisso de garantir a proteção dos dados pessoais de seus colaboradores, alunos, pacientes e parceiros, está investindo em tecnologia e em pessoas, para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade de todos. Foi constituída uma Comissão para tratar das adequações necessárias e seus reflexos. Além disso, em atenção à determinação legal, a Instituição designou um encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais. A referida Comissão é formada pelo Encarregado (DPO) e por gestores de áreas estratégicas da Instituição (Integridade, Divisão de Recursos Humanos e Divisão de Tecnologia da Informação). A Fundação com o intuito de disseminar a informação para seu público, disponibilizou em seu site cartilha sobre a Lei Geral de Proteção de Dados:

<https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/protacao-de-dados/arquivos/CARTILHA-LGPD-WEB-r4-22092020.pdf>

1.5. Política de Privacidade

A Política de Privacidade on-line trata das diretrizes adotadas pela Fundação São Paulo em relação à recepção, armazenamento e utilização das informações pessoais disponibilizadas pelos seus alunos, ex-alunos, futuros estudantes e demais interessados, para acesso e uso dos seus serviços, que necessitam de identificação.

<https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/protacao-de-dados/politica-de-privacidade/index.html>

1.6. Política de Privacidade Vestibular PUC-SP

Essa política tem o objetivo de apresentar as finalidades e os tratamentos dos dados pessoais que são coletados no cadastro dos Processos Seletivos para os cursos de Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP.

<https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/protacao-de-dados/politica-de-privacidade-vestibular-puc-sp/index.html>

1.7. Política de Privacidade Processo Seletivo Assunção

Essa política tem o objetivo de apresentar as finalidades e os tratamentos dos dados pessoais que são coletados no cadastro dos Processos Seletivos para os cursos de Graduação e Pós-graduação do Centro Universitário Assunção, bem como dos alunos que realizam a matrícula.

<https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/protacao-de-dados/politica-de-privacidade-assuncao/index.html>

1.8. Política anticorrupção

A Fundação São Paulo está comprometida em conduzir as atividades em estrito cumprimento da legislação aplicável, incluindo legislações anticorrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira ("Lei Anticorrupção") e o Decreto nº 8.420/2015, que regulamenta a Lei Anticorrupção, assim como demais normas que regem o relacionamento com a Administração Pública. A Fundação São Paulo, em todas as suas áreas de atuação, não tolera práticas de fraude, corrupção ou atos lesivos de qualquer natureza. Nesse sentido, vem tratando a temática relacionada ao Programa de Integridade com seriedade e comprometimento, promovendo e fiscalizando o cumprimento das normas no desenvolvimento das atividades, com foco em condutas éticas e morais, bem como nos princípios de integridade, honestidade e responsabilidade.

Esta Política tem por objetivo estabelecer diretrizes, premissas e compromissos para orientação do relacionamento da Fundação São Paulo e suas mantidas ou unidades suplementares, com representantes, em qualquer esfera, de entes públicos e/ou entes privados, nacionais e/ou estrangeiros, sendo dirigida e aplicada a todos os técnicos administrativos, docentes, profissionais da área de saúde, terceirizados, consultores, temporários, fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários, doravante denominados em conjunto de "Colaboradores", incluída a Alta Administração, bem como todos aqueles que mantenham vínculo com a Fundação São Paulo.

"... a Fundação São Paulo compromete-se a exigir a inclusão de cláusula anticorrupção e lavagem de dinheiro em todas as suas contratações..."

Em 2019 publicou em seu site a política anticorrupção da Fundação São Paulo:

<https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/politica-anticorruptao/arquivos/livro-politica-anticorruptao-v3.pdf>

1.9. Política de apuração de conformidade

O procedimento de Apuração de Conformidade tem como objetivo viabilizar o exame da conformidade de atividades e condutas correspondentes, promover a averiguação de relatos, possibilitar a análise de possíveis violações às normas internas e legislação aplicável, assim como avaliar os riscos aos quais a Fundação São Paulo está exposta, para que seja possível mitigá-los.

As apurações irão contribuir com as atividades de monitoramento, remediação, prevenção e para coibir as condutas que não estejam em conformidade com normas e procedimentos, que possam levar a sanções legais e/ou regulamentares, ou, ainda, a perdas financeiras e danos reputacionais e/ou de imagem, resultando em risco de comprometimento da integridade da Fundação São Paulo. O Procedimento de Apuração de Conformidade Fundação São Paulo está publicada em seu site:

https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/politica-de-apuracao-e-conformidade/arquivos/POLITICA-INSTITUCIONAL_08112019_121248.pdf

1.10. Internacionalização da Fundação São Paulo

No exercício de 2025, a Fundação São Paulo, por meio do *International Relations Office* (IRO), deu continuidade à estratégia de internacionalização institucional, com foco na ampliação de parcerias acadêmicas, no fortalecimento do posicionamento global da Fundação e na consolidação de sua presença em redes internacionais de ensino superior. As atividades envolveram a prospecção e negociação de acordos, o acompanhamento de demandas internacionais das mantidas, a recepção de delegações estrangeiras e a representação institucional em visitas e eventos de alcance internacional. Destacam-se a realização de dois eventos acadêmicos com participação internacional, em celebração aos 80 anos da Fundação, bem como o avanço estratégico na aproximação com instituições da Ásia, especialmente na China, e a construção de parcerias na Armênia.

No âmbito da expansão geográfica, foram desenvolvidos e fortalecidos diálogos com instituições da América Latina (Argentina, Uruguai e Cuba), América do Norte (Estados Unidos), Europa (Espanha, Portugal e Itália), África (Angola e Moçambique) e Ásia (China e Macau), incluindo visitas institucionais à University of California in Los Angeles (UCLA) e à Beijing Foreign Studies University (BFSU), além da participação nos congressos FAUBAI Conference 2025 (Brasília) e NAFSA 2025 Annual Conference & Expo (San Diego, EUA). Ao longo do exercício, a Fundação recebeu representantes de instituições estrangeiras e consolidou novas frentes de cooperação acadêmica, intercâmbio e projetos conjuntos. Também foi desenvolvido material institucional trilingue (português, espanhol e inglês), destinado ao fortalecimento da imagem institucional em ambientes internacionais.

As iniciativas conduzidas pelo IRO contribuíram para a ampliação da rede de relacionamentos estratégicos, o intercâmbio de boas práticas acadêmicas e o fortalecimento da inserção internacional da Fundação São Paulo e de suas mantidas, alinhadas à sua missão institucional e ao planejamento estratégico.

2. Mantidas

A Fundação São Paulo vem atuando diretamente com as suas mantidas: PUC-SP e ASSUNÇÃO, no sentido de adequar a estrutura das Instituições para manutenção e ampliação de seus objetivos, mantendo o equilíbrio e sustentabilidade acadêmica, administrativa e financeira.

Em 2025, considerando os meses com maior quantidade de alunos matriculados, após a inscrição dos alunos inclusive PROUNI, as instituições contavam com 14.275 alunos da PUC-SP e 1.173 alunos do ASSUNÇÃO, totalizando 15.448 alunos, conforme apresentado abaixo:

	PUC-SP	ASSUNÇÃO	Consolidado
Alunos de graduação	9.580	850	10.430
Alunos de pós-graduação (<i>stricto sensu</i>)	2.404	-	2.404
Alunos de especialização (<i>lato sensu</i>)	1.015	244	1.259
Alunos de extensão, aperfeiçoamento e aprimoramento	1.276	79	1.355
Total	14.275	1.173	15.448

A estrutura conta ainda com os seguintes quadros de colaboradores ativos:

	PUC-SP	ASSUNÇÃO	FUNDASP	Consolidado
Docentes	1.032	58	-	1.090
Administrativos	473	27	393	893
Técnicos (Hospital Santa Lucinda)	466	-	-	466
DERDIC - Administrativos	55	-	-	55
DERDIC - Docentes	28	-	-	28
Total	2.054	85	393	2.532

- PUC-SP: seu corpo docente conta com 95,6% de mestres(as) e doutores(as) ;
- ASSUNÇÃO: seu corpo docente conta com 94,8% de mestres(as) e doutores(as).

Em dezembro de 2025, o quadro total de docentes por titulação/escolaridade (ativos excluindo a DERDIC) apresentou a seguinte composição:

	PUC-SP	ASSUNÇÃO	Consolidado
Livre-docentes	76	-	76
Doutores(as)	771	28	799
Mestres(as)	140	27	167
Especialistas	42	2	44
Graduados(as)	3	1	4
Total	1.032	58	1.090



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As Instituições contavam em 31 dezembro de 2025 com 1.414 colaboradores administrativos e técnicos hospitalares, com a seguinte formação acadêmica:

Escolaridade	PUC-SP					ASSUNÇÃO	Total
	FUNDASP	ADM	DERDIC	HSL	TOTAL		
Ensino Fundamental Incompleto	11	11	1	-	12	1	24
Ensino Fundamental Completo	13	10	-	3	13	-	26
Ensino Médio	120	139	10	327	476	7	603
Graduação	146	228	22	68	318	16	480
Especialização	81	53	6	65	124	3	208
Mestrado	18	29	15	3	47	-	65
Doutorado	4	3	1	-	4	-	8
Total	393	473	55	466	994	27	1.414

2.1. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

A PUC-SP, em sua estrutura, conta atualmente com seis *campi*, unidades suplementares -Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC) e o Hospital Santa Lucinda (HSL), localizado no município de Sorocaba/SP -, bem como com a Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (COGEAE), entre outras coordenadorias.

São quatro *campi* na capital: Monte Alegre - Marquês de Paranaguá - Ipiranga - Vila Mariana; e um no interior, em Sorocaba/SP.

A pós-graduação stricto sensu da PUC-SP conta com 30 Programas de Estudos, vinculados às respectivas Faculdades, de acordo com a área epistemológica do conhecimento. Tem por finalidade a formação de pessoal qualificado para a educação superior e/ou para a atuação no mercado de trabalho, compreendendo quatro possíveis níveis de formação: mestrado acadêmico, mestrado profissional, doutorado e pós-doutorado. A política da pós-graduação é discutida no âmbito da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa, da Comissão de Ensino e Pesquisa e do Conselho Universitário. A Instituição atua também na pós-graduação *lato sensu*, com diversos cursos de especialização, significativamente na área do Direito.

A Instituição, mantendo seu compromisso com a excelência acadêmica, possibilitou a titulação a novos mestres e doutores. Em 2025, foram defendidas 492 dissertações de mestrado acadêmico, 77 de mestrado profissional e 222 teses de doutorado. Foram também apresentadas 608 monografias de especialização.

A PUC-SP, por meio de seus diversos cursos de graduação e de extensão e programas de pós-graduação lato e stricto sensu, bem como núcleos e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão alocados nas suas dez faculdades, tem a capacidade de atender de modo bastante qualificado às mais diversas vocações, sempre se pautando por uma formação humanista e relevantemente social. É atualmente composta pelas seguintes Faculdades: Ciências Exatas e Tecnologia (FCET); Ciências Humanas e da Saúde (FACHS); Ciências Médicas e da Saúde (FCMS); Ciências Sociais (FCS); Direito (FD); Economia, Administração, Contábeis e Atuariais (FEA); Educação (FE); Estudos Interdisciplinares (FACEI); Filosofia, Comunicação, Letras e Artes (FAFICLA) e Teologia (FT).

No ano de 2025 foi feito o diagnóstico dos cursos de graduação da universidade, resultando na reformulação integral de 18 PPCs de cursos, com matrizes curriculares alinhadas com as novas demandas da sociedade e do mercado de trabalho, atentas às atividades extensionistas, ao papel da inteligência artificial e resultando em redução de mensalidade. Conjuntamente com o diagnóstico e requalificação dos mesmos, houve a melhoria da estrutura física das salas de aula, a aprovação da parceria para a implementação de terminais Bloomberg e a instalação do laboratório de Jurimetria, ações essas que contribuem com a qualificação de nossos cursos. E, paralelamente, houve a estruturação do Projeto PUC Collab.

Nas avaliações pelo INEP/MEC, seus cursos de graduação foram avaliados e obtiveram excelentes resultados. Foram nove cursos avaliados, sendo 2 para reconhecimento e os demais para renovação de reconhecimento. Seis cursos obtiveram o conceito máximo 5 (Letras - Português e Inglês licenciatura, Arte: História, Crítica e Curadoria, Filosofia, História Licenciatura, História Bacharelado e Pedagogia) e três cursos obtiveram o conceito 4 (Ciência da Computação, Ciências Sociais e Ciências Socioambientais).

Expandindo a institucionalização de suas atividades internacionais, a PUC-SP desenvolveu programas de cooperação voltados à formação e à pesquisa em diversas áreas de conhecimento, em diferentes níveis acadêmicos e por meio de múltiplas modalidades de intercâmbio. Manteve convênios em todas as regiões do mundo (124 instituições de 34 países), contou com parcerias para dupla diplomação de graduação e pós-graduação, promoveu intercâmbio de estudantes e manteve sua realização de pesquisa com parceiros internacionais. Neste ano, a PUC-SP apresentou a Política Institucional de Pesquisa que visa contribuir com a potencialização da produção de conhecimento qualificado, reforçando o protagonismo da instituição neste setor. Considerando o tripé- ensino, pesquisa e extensão, estruturou a Escola de Negócios da PUC-SP, otimizando os cursos existentes, com a proposta de um novo modelo de especializações.

Em 2025, permaneceu em destaque nos rankings universitários de que participou. Ela foi classificada como a melhor universidade privada do país em qualidade de ensino, pelo Ranking Universitário Folha (RUF). No Guia da Faculdade 2025, publicação realizada em parceria entre o jornal O Estado de S. Paulo e a Quero Educação, a PUC-SP manteve sete cursos com cinco estrelas: Arte: História, Crítica e Curadoria, Ciências de Dados, Direito, Filosofia, Fonoaudiologia, Pedagogia e Relações Internacionais. No âmbito internacional, no Ranking das Universidades 2023-2024, elaborado pela consultoria britânica Quacquarelli Symonds (QS), a PUC-SP foi considerada a melhor Universidade particular do Estado de São Paulo, pelo QS Ranking America Latina e Caribe, e 2ª melhor do país entre as universidades privadas, pelo QS World University Ranking.

Considerando as ações comunitárias e culturais, foi lançado o Programa de Acolhimento, visando eficiência nos trâmites de registros, queixas, denúncias e ocorrências, concretizado com a efetivação do Núcleo de Mediação e Justiça Restaurativa e do Núcleo de Segurança Comunitária, ambos integrados aos programas sociais já existentes na PUC-SP: PAC, Clínica Psicológica e NAPEL, além do desenvolvimento de uma Política de Esportes e PAC-Esportes. Paralelamente mantiveram-se as atividades do Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns, da Faculdade de Direito da PUC-SP, que presta assistência e assessoria jurídica gratuita. Atendendo uma demanda antiga, foi instalado o Translado Campus Monte Alegre-Metro Barra Funda, bem como a ampliação de alimentação para bolsistas e FIES social. A PUC-SP aprimorou as atividades do CAD (Centro de Aperfeiçoamento Docente) e realizou o Curso de Letramento Racial, iniciativa integrada à agenda cidadã da universidade.

O ano foi repleto de eventos culturais, sociais e de integração, através de suas aulas Magnas, recepção temática e o PUC-Transformar.

2.2. Hospital Santa Lucinda

O Hospital Santa Lucinda (HSL) tem como Missão “atuar como hospital de ensino e oferecer à comunidade assistência humanizada em saúde, com qualidade”, e como Visão “alcançar a excelência dos serviços hospitalares, com qualidade, segurança e humanização, por meio do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e mantendo rigoroso controle de custos”.

Excelência e humanização são valores que norteiam a trajetória do Hospital Santa Lucinda há mais de sete décadas. Desde sua fundação, o HSL se consolidou como uma instituição de referência regional, oferecendo assistência à saúde pautada na ética, no cuidado integral e na qualificação permanente de seus profissionais.

Os três pilares universitários - ensino, pesquisa e extensão - mantêm estreita articulação com o Hospital Santa Lucinda, gerando benefícios mútuos e impacto positivo na formação de profissionais e na qualidade do atendimento prestado. Destaca-se, ainda, o fato de o HSL ser o hospital da cidade no qual todos os docentes da FCMS integram o corpo clínico, atuando de forma concomitante na assistência e na docência. Essa característica, somada à atuação de médicos especialistas e preceptores contratados pela FUNDASP, reflete diretamente na qualificação do cuidado oferecido aos pacientes do SUS, da saúde suplementar e da rede privada.

O portfólio de serviços do Hospital Santa Lucinda alia a expertise de seu corpo clínico à tecnologia e infraestrutura em constante processo de modernização. A integração entre recursos técnicos, inovação e práticas assistenciais humanizadas, conforme preconizado em sua missão institucional, consolida o HSL como referência regional, especialmente nas áreas de cirurgias eletivas (cirurgia geral, urologia, otorrinolaringologia, ortopedia e ginecologia), cardiologia (enfermaria, hemodinâmica e cirurgia cardíaca) e atenção materno-infantil, que contempla o Centro de Parto Normal Santa Dulce dos Pobres, com seis leitos PPP, centro cirúrgico com sala destinada a partos cesáreos quando necessários, setor de pediatria e Unidade de Terapia Intensiva Neonatal.

Na condição de hospital de ensino, o Hospital Santa Lucinda (HSL) sempre desempenhou papel estratégico e de apoio às atividades desenvolvidas no âmbito do Conjunto Hospitalar de Sorocaba (CHS). Com a municipalização de sua gestão, esse papel tornou-se ainda mais evidente, materializando-se por meio de um amplo processo de articulação e negociação entre a Secretaria Municipal de Saúde, o DRS XVI e o próprio CHS, com o objetivo de definir fluxos assistenciais, estratégias operacionais e critérios de regulação dos atendimentos realizados pelo HSL aos pacientes provenientes da região de Sorocaba. A atuação do Hospital Santa Lucinda ocorre em múltiplas frentes assistenciais. No âmbito da urgência e emergência, o HSL se destaca pelo atendimento ininterrupto na especialidade de Otorrinolaringologia (24 horas), além de manter Pronto Atendimento Obstétrico (24 horas), responsável pelo acolhimento e assistência às gestantes do município de Sorocaba dentro de sua área de abrangência. Na área de Cardiologia, o Hospital oferece suporte assistencial especializado, contando ainda com Unidades de Terapia Intensiva Adulto e Neonatal, fundamentais para o manejo de casos de maior complexidade.

Os atendimentos eletivos realizados pelo HSL desempenham papel essencial na garantia da assistência à saúde da população vinculada à área de abrangência do DRS XVI, que contempla aproximadamente 3,0 milhões de habitantes, contribuindo de forma significativa para a organização da rede regional, a redução de filas assistenciais e a qualificação do cuidado em saúde.

Em 2025, o Hospital Santa Lucinda operou com 154 leitos, tendo uma das maiores taxas de ocupação dos últimos 10 anos, demonstrando sua consistência das atividades assistenciais, especialmente nos leitos destinados ao SUS, cuja média permaneceu acima de 90%, evidenciando a relevância do Hospital para a sustentação da rede pública regional. A produção assistencial de 2025 confirmou a necessidade de contínua adequação entre capacidade operacional, demanda regulada e sustentabilidade econômico-financeira.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos a análise de 2025 com a convicção de que os avanços alcançados resultam de uma gestão baseada no diálogo institucional, no planejamento responsável e no compromisso com a missão do Hospital Santa Lucinda.

• **HSL em números**

Dados Estatísticos - Ano 2025													
Meses	31	28	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	365
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Junho	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	Total
1-C Leitos não SUS	41	41	41	41	41	41	41	41	41	41	41	41	492
2. Média Diária de Pacientes	85,26	94,46	97,74	102,90	94,68	90,10	87,52	80,48	88,43	77,94	86,43	74,13	88,34
3. Taxa de Ocupação %	68,76%	76,18%	78,82%	82,98%	76,35%	72,66%	70,58%	64,91%	71,32%	62,85%	69,70%	59,78%	71,24%
4. Paciente/Dia	2.643	2.645	3.030	3.087	2.935	2.703	2.713	2.495	2.653	2.416	2.593	2.298	32.211
5. Média de Permanência	2,89	2,77	2,89	2,97	3,08	2,76	2,56	2,69	2,80	2,64	2,79	2,76	2,80
6. Média Diária de Pacientes SUS	69,32	76,32	78,26	84,27	80,35	74,23	68,97	65,48	70,43	65,35	70,10	57,74	71,74
7. Taxa de Ocupação SUS %	83,52%	91,95%	94,29%	101,53%	96,81%	89,44%	83,09%	78,90%	84,86%	78,70%	84,46%	69,57%	86,43%
8. Paciente/Dia SUS	2.149	2.137	2.426	2.528	2.491	2.227	2.138	2.030	2.113	2.026	2.103	1.790	26.158
9. Média de Permanência SUS	3,19	2,98	3,15	3,40	3,22	3,13	2,86	3,07	3,06	3,00	3,26	3,09	3,12
10. Número de Internações:													
13. Internações (Conv. + Part. + Tab. Esp.)	248	240	294	272	262	274	314	266	263	240	287	258	3218
16. Taxa de Mortalidade Hosp.	0,99	1,27	1,06	0,68	1,49	0,72	1,24	1,20	1,39	1,44	1,31	1,22	1,16
17. Número de Cirurgias:													
% Cirurgias - Conv. + Part. + Tab. Esp	19,42%	21,93%	18,53%	21,26%	23,14%	22,02%	27,37%	25,71%	20,98%	25,68%	26,19%	25,57%	23,14%
19-A Nº de Partos - Normal/Forceps													
Total	157	144	154	158	171	166	157	137	154	159	135	147	1.839
19-B Partos - Cesárea													
Total	140	123	154	166	128	140	164	130	150	113	143	123	1.674
19-AB Partos (Normal + Forc. + Ces.)													
Total Geral	297	267	308	324	299	306	321	267	304	272	278	270	3.513
20. % Cesárea SUS	39%	35%	39%	44%	34%	34%	45%	35%	35%	36%	44%	36%	38%
% Cesárea Convênios	62%	65%	67%	63%	56%	64%	60%	67%	70%	53%	62%	58%	62%
21. Pac./Dia - UTI Adulto	270	218	239	253	214	219	220	264	214	212	230	215	2.768
Média Diária de Pacientes	8,71	7,79	7,71	8,43	6,90	7,30	7,10	8,52	7,13	6,84	7,67	6,94	7,59
Taxa de Ocupação Geral %	87,10%	77,90%	77,10%	84,30%	69,00%	73,00%	71,00%	85,20%	71,30%	68,40%	76,70%	69,40%	75,87
Taxa de Ocupação Sus %	123,04%	110,71%	105,07%	120,48%	96,77%	103,33%	98,16%	108,76%	96,67%	95,85%	108,57%	95,39%	105,23
Média de Permanência	4,74	2,53	3,32	3,83	2,61	3,78	2,72	4,26	2,61	3,16	4,42	5,00	3,58
22. Pac./Dia - Uti Neonatal	138	166	150	150	147	133	151	97	136	96	185	167	1.716
Média Diária de Pacientes	4,45	5,93	4,84	5,00	4,74	4,43	4,87	3,13	4,53	3,10	6,17	5,39	4,71
Taxa de Ocupação Geral %	44,50%	59,30%	48,40%	50,00%	47,40%	44,30%	48,70%	31,30%	45,30%	31,00%	61,70%	53,90%	47,15%
Taxa de Ocupação SUS %	75,81%	91,96%	54,84%	83,33%	113,71%	88,33%	91,13%	59,68%	56,67%	62,10%	100,83%	57,26%	77,97%
Média de Permanência	4,45	13,83	4,55	4,41	3,87	5,32	7,55	5,71	7,16	8,00	7,12	8,35	5,59
23. atendimentos Ambulatoriais	5.350	5.313	5.647	6.501	6.370	5.167	6.656	5.118	5.619	5.648	5.193	4.815	67.397
SUS	4.736	4.734	4.985	5.724	5.632	4.424	5.747	4.479	4.824	4.892	4.424	4.088	58.689
Convênios	588	551	633	733	696	708	853	599	745	715	726	693	8.240
Particular	26	28	29	44	42	35	56	40	50	41	43	34	468
Total	5.350	5.313	5.647	6.501	6.370	5.167	6.656	5.118	5.619	5.648	5.193	4.815	67.397

• **Atendimentos (Ambulatorial | Internação)**

Atendimento Ambulatorial														
Tipo	Jan/25	Fev/25	Mar/25	Abr/25	Mai/25	Jun/25	Jul/25	Ago/25	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Total	%
SUS	4.736	4.734	4.985	5.724	5.632	4.424	5.747	4.479	4.824	4.892	4.424	4.088	58.689	87,1%
Convênios	588	551	633	733	696	708	853	599	745	715	726	693	8.240	12,2%
Particular	26	28	29	44	42	35	56	40	50	41	43	34	468	0,7%
Total	5.350	5.313	5.647	6.501	6.370	5.167	6.656	5.118	5.619	5.648	5.193	4.815	67.397	100,0%

Atendimento Internado														
Tipo	Jan/25	Fev/25	Mar/25	Abr/25	Mai/25	Jun/25	Jul/25	Ago/25	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Total	%
SUS	703	714	785	768	819	715	742	659	694	679	643	573	8.494	72,5%
Convênios	189	183	239	227	203	218	241	197	213	197	225	212	2.544	21,7%
Particular	59	57	55	45	59	56	73	69	50	43	62	46	674	5,8%
Total	951	954	1.079	1.040	1.081	989	1.056	925	957	919	930	831	11.712	100,0%

Consolidado (Atendimentos ambulatoriais e internações)														
Tipo	Jan/25	Fev/25	Mar/25	Abr/25	Mai/25	Jun/25	Jul/25	Ago/25	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Total	%
SUS	5.439	5.448	5.770	6.492	6.451	5.139	6.489	5.138	5.518	5.571	5.067	4.661	67.183	84,9%
Convênios	777	734	872	960	899	926	1.094	796	958	912	951	905	10.784	13,6%
Particular	85	85	84	89	101	91	129	109	100	84	105	80	1.142	1,4%
Total	6.301	6.267	6.726	7.541	7.451	6.156	7.712	6.043	6.576	6.567	6.123	5.646	79.109	100,0%

• **Satisfação dos pacientes**

Satisfação	Jan/25	Fev/25	Mar/25	Abr/25	Mai/25	Jun/25	Jul/25	Ago/25	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Média Anual/25
% Satisfação Geral	97,3%	95,8%	95,6%	95,9%	97,8%	97,1%	97,3%	97,4%	97,6%	97,4%	96,2%	95,8%	96,7%
% Insatisfação Geral	2,8%	4,2%	4,4%	4,1%	2,2%	2,9%	2,7%	2,6%	2,4%	2,6%	3,8%	4,3%	3,3%
Meta HSL	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	-
CQH - Média Geral	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	

Em 2025, observa-se que a satisfação geral mostrou que 96,7% dos nossos clientes SUS e Não SUS estão satisfeitos com os serviços prestados e que 77,1% recomenda o hospital. Esse resultado só enfatiza o compromisso diário da instituição em buscar atender todos os clientes mantendo a qualidade na prestação dos seus serviços com a assistência de forma humanizada e acolhedora.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2.3. DERDIC - Divisão de educação e reabilitação dos distúrbios da comunicação

A DERDIC é uma unidade com coordenação administrativa própria, subordinada à Fundação São Paulo. Como Unidade Suplementar da PUC-SP, é vinculada academicamente à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde - FACHS da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mantida da FUNDASP, e atua em dois eixos: Saúde e Educação.

Tem como missão "educar surdos, prestar atendimento e tratamento a pessoas com alterações de audição, voz e linguagem, formar profissionais e realizar pesquisas, para que todos os envolvidos nas atividades institucionais possam assumir o papel de agentes de transformação social". Tem como valores "respeito e valorização a singularidade e à diversidade, coragem, ação educativa, atendimento humanizado, notoriedade profissional, transparência, compromisso, fidelidade à missão, coerência".

A DERDIC possui o Instituto Educacional São Paulo (IESP) - Escola de Educação Bilingue para Surdos, que oferece bolsas de estudo 100% gratuitas a todos os estudantes, a Clínica de Audição, Voz e Linguagem "Prof. Dr. Mauro Spinelli" e o Centro de Audição na Criança (CeAC), que desenvolvem ações e serviços na área da saúde, em parceria com a gestão municipal para atendimento ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Seus 104 profissionais (82 profissionais da educação e saúde e 22 administrativos), oferecem formação educacional e atendimento clínico de excelência a uma clientela majoritariamente de baixa renda, além de produzir pesquisa com padrão internacional e de prestar assessoria às organizações afins.

• DERDIC em números:

- Instituto Educacional São Paulo: 44 alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, com bolsas integrais concedidas de acordo com a Lei nº 12.101/2009, referente à certificação de entidades beneficentes de assistência social, revogada pela Lei Complementar nº 187/2021, publicada em dezembro do mesmo ano. A abordagem utilizada nesta escola favoreceu o uso da Língua Brasileira de Sinais como língua de instrução e comunicação e o uso da língua portuguesa escrita, responsáveis pela aquisição do conhecimento e da leitura do mundo.

A escola oferece ainda programas complementares, como a seguir:

- Escola da família: 43 participantes - Programa destinado aos pais como espaço de escuta e orientação familiar, social e educacional por reuniões, cursos, palestras, entre outras atividades. Atividade: Oficinas Pedagógicas para os pais dos alunos IESP. Oficina oferecida aos pais para que reconheçam a importância de LIBRAS no processo de aquisição dos conteúdos escolares do filho, favorecendo a sua participação como sujeito ativo.

- Programa de Acessibilidade (Libras): Tem como objetivo colaborar com a comunidade surda e ouvinte nas ações desenvolvidas em prol da criação de melhores condições de vida e de inclusão social para os Surdos. No programa foram oferecidos o Curso livre de LIBRAS para Pessoas Físicas, com 408 participantes, Curso Práticas Discursivas na Libras, com 21 participantes, Curso introdutório de Libras EaD: Oferecido como contrapartida pelo uso do solo à Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, com 47 participantes, Oficina de LIBRAS contrapartida SMS, com 130 participantes, Palestra de sobre cultura surda e Libras, com 375 participantes, Workshop de Libras PJ, com 74 participantes, Interpretação em LIBRAS, 108 participantes. Total de 1.163 participantes.

- Programa de Empregabilidade para surdos: Criado com o objetivo de qualificar jovens e adultos surdos, com dificuldade de ingresso no mercado de trabalho competitivo em decorrência da própria surdez, mas principalmente em decorrência da situação social de suas famílias e das lacunas apresentadas no desenvolvimento da escolaridade. O programa é inscrito no Conselho de Assistência Social de São Paulo e Entidade qualificadora (FUNDASP) inscrito e reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego para oferecer cursos de aprendizagem e para surdos. Vinculado ao programa, foram oferecidos os seguintes projetos:

Empregabilidade do adolescente surdo: Formação, protagonismo e criação de oportunidades e o autoconhecimento como facilitador na promoção de autonomia, protagonismo e cidadania do adolescente surdo, verba do FUMCAD, atendidos 72 surdos. Observação: O projeto em parceria com o Órgão de fomento CONDECA, previsto para o mês de agosto de 2025, ainda não conseguimos realizar o conveniamento com o Órgão responsável.

Cursos de Aprendizagem Metódica para surdos: Não ocorreram tendo em vista a falta de procura de empresas parceiras para a implementação dos cursos.

Clínica de Audição, Voz e Linguagem Prof. Dr. Mauro Spinelli e Centro Audição na Criança - CeAC:

A Clínica - CER II DERDIC, conveniada à Secretaria Municipal de Saúde/SUS, oferece atendimento em reabilitação para pessoas com deficiência auditiva e intelectual. A equipe multiprofissional é composta por assistentes sociais, fonoaudiólogos, médicos, psicólogos e terapeutas ocupacionais. Oferece atendimento humanizado interdisciplinar às pessoas com deficiência que tenham alterações de audição, voz, linguagem e motricidade orofacial. Além disso, assessora organizações da área de saúde, desenvolve pesquisas e publicações científicas articuladas à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP, organiza eventos científicos e oferece oportunidade de campo de estágio para alunos e profissionais em formação para aprofundamento de conhecimentos e desenvolvimento de suas práticas clínicas.

Em relação aos profissionais, a DERDIC oferece cursos de aprimoramento nas áreas de fonoaudiologia, psicologia e medicina, visando ao aprofundamento de saberes específicos a partir da formação em serviço, articulando a teoria e a prática clínica.

Em relação à saúde auditiva, em 2025, continuamos a oferta de vagas para pacientes acima de 7 anos de idade na clínica, de acordo com nossa ficha de procedimentos orçamentária estabelecida pela Secretaria Municipal de Saúde. Desde maio de 2022, de acordo com contrato entre a FUNDASP e a SMS, aumentamos a capacidade de

atendimento da Clínica da DERDIC de 80 para 140 vagas por mês em média, mantidas durante os 12 meses de 2025.

Acolhimento de Pacientes em Saúde Auditiva - Um olhar para Vulnerabilidade - O CER II DERDIC atende a pessoa com deficiência que necessita habilitação/reabilitação auditiva e intelectual. A população atendida é, em maioria, SUS dependente (possui como acesso único os serviços de saúde o SUS) e reside nas periferias situadas nos extremos norte, sul, leste e oeste da cidade de São Paulo. A DERDIC possui a área de Serviço Social para atender individualmente pacientes e suas famílias que são encaminhados para diagnóstico audiológico e concessão de aparelhos auditivos, de modo a contribuir para a manutenção e continuidade da assistência ao paciente e garantir a execução e manutenção dos princípios da Política Nacional de Humanização (PNH).

CER II DERDIC - Centro Audição na Criança - CeAC - O Centro Audição na Criança (CeAC) é parte do CER II DERDIC e realiza atendimento, pesquisa e formação na área da audição na infância. Conta com profissionais, salas e equipamentos especializados para avaliar a audição de bebês e crianças, bem como para realizar adaptação de aparelho de amplificação sonora individual e terapia fonoaudiológica visando ao desenvolvimento da audição e da linguagem. O trabalho, que inclui apoio e orientação às famílias, é realizado por assistentes sociais, fonoaudiólogos, médicos, psicólogos e terapeutas ocupacionais. É referência em Saúde Auditiva pediátrica pelo atendimento especializado para bebês, crianças e suas famílias oferecido no CeAC. Recebe pacientes residentes no município de São Paulo por meio de vagas reguladas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Os agendamentos são feitos pela Secretaria Municipal de Saúde. Em 2025, foram oferecidas vagas para os bebês que falham na triagem auditiva neonatal, vagas para diagnóstico de crianças com até seis anos com queixas auditivas via agendamento do sistema SIGA e vagas para diagnóstico diferencial de crianças com queixas de linguagem ou transtorno do espectro autista atendidas na DERDIC ou em outros Centros Especializados em Reabilitação do Município de São Paulo.

Em relação aos acompanhamentos audiológicos, os agendamentos são feitos com mais tempo de atendimento para que a maior parte dos procedimentos possam ser realizados no mesmo dia, evitando o deslocamento das famílias. As terapias fonoaudiológicas com bebês e crianças pequenas ocorreram em agendamentos individuais, com a presença da criança e o responsável dentro da sala com a Fonoaudióloga.

• Em relação ao número de pacientes - Clínica e CeAC:

Atividade	Número de Atendimentos Acompanhamentos
Atendimentos presenciais agendados	25.111
Pacientes atendidos por teleatendimentos	384
Pacientes receberam aparelhos auditivos aparelhos de amplificação sonora (Convênio SUS)	2.251
Número de pessoas que realizaram diagnóstico audiológico ou reavaliação	2.401
Acompanhamento audiológico de pacientes usuários de AASI	2.037
Diagnóstico diferencial de crianças menores de 5 anos de idade com suspeita de perda auditiva e reavaliações audiológicas	317
Número de famílias atendidas em terapias fonoaudiológicas e de crianças diagnosticadas com perda auditiva e pacientes agendados pela deficiência intelectual	432
Pacientes adultos e idosos em terapia fonoaudiológica	232
Acompanhamento audiológico de crianças usuárias de aparelhos de amplificação sonora individuais	421
Total geral	33.586

Avaliação Multiprofissional em reabilitação - Deficiência intelectual

O CER II DERDIC - Deficiência intelectual é referência para pacientes da região sudeste, que inclui os bairros da Vila Mariana, Jabaquara, Ipiranga, Mooca e Vila Prudente, de acordo com a pactuação realizada com a regulação de vagas da Secretaria Municipal de Saúde. Os pacientes são agendados via sistema de agendamento SIGA a partir de encaminhamentos de UBS ou CER de outras especialidades. São oferecidas vagas para pessoas com deficiência intelectual, alterações cognitivas, de linguagem, afasia ou TEA (transtorno do espectro autista), que precisam de reabilitação por equipe multiprofissional (fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo, assistente social e médico neurologista), com ênfase para crianças de 0 a 2 anos com algum fator de risco para atraso no desenvolvimento.

Os pacientes novos são atendidos por equipe multiprofissional, que realiza avaliação inicial e determina os atendimentos a serem oferecidos pela Clínica, que podem incluir atendimentos individuais ou em grupo, por profissionais da área de reabilitação como fonoaudiólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais, bem como profissionais da área médica, como otorrinolaringologista, fonoaudiólogo e neurologista. Todas as famílias têm o apoio do serviço social sempre que necessário.

Atividade	Número de Atendimentos Acompanhamentos
Pessoas que realizaram avaliação multiprofissional inicial	89
Famílias de crianças até 18 anos atendidas em terapias	282
Adultos e idosos atendidos em terapias	75
Atendimentos presenciais realizados na deficiência intelectual	7.328
Total geral	7.774



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2.4. Centro Universitário Assunção - ASSUNÇÃO

O Centro Universitário Assunção, enquanto instituição católica, está comprometido com uma educação inspirada nos valores humanistas e nos princípios da liberdade de expressão, incentivando uma prática pedagógica participativa e dialogada, como forma de promover o melhor entendimento entre professores, alunos e funcionários. A instituição prepara futuros profissionais para o exercício da cidadania e os qualifica para o mercado de trabalho.

O Centro Universitário Assunção possui sua estrutura localizada na Rua Afonso Celso, nº 671/711, Vila Mariana - São Paulo/SP, onde são ofertados cursos de Graduação, Pós-Graduação (Lato Sensu) e Extensão.

- Graduação: Os cursos de Graduação conferem diploma de Bacharelado e Licenciatura aos concluintes. Em 2025, foram ofertados 09 cursos de Graduação, todos com formação de turmas iniciais. Ao todo, 117 alunos concluíram os cursos de Graduação em 2025.

- Pós-Graduação (Lato Sensu): A Pós-Graduação (Lato Sensu) tem por finalidade possibilitar aos alunos o aprofundamento dos estudos realizados na graduação, sendo aberta a candidatos diplomados em cursos superiores. Em 2025, foram ofertados 24 cursos de Pós-Graduação, dos quais 19 tiveram formação de turmas iniciais. No total, 175 alunos concluíram cursos de Pós-Graduação em 2025.

- Extensão: Os cursos de Extensão têm como objetivo complementar conhecimentos em áreas específicas ou ampliar noções sobre temas relacionados ao campo de estudo ou à área de atuação dos participantes. Em 2025, foram ofertados 32 cursos de Extensão, dos quais 10 tiveram formação de turmas iniciais.

- Produção Acadêmica: Mantendo seu compromisso com a excelência acadêmica, o Centro Universitário Assunção possibilitou a titulação de novos especialistas. Em 2025, foram apresentados 56 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), na forma de artigos científicos, elaborados e defendidos pelos alunos sob orientação de professores mestres e doutores.

- Responsabilidade Social e Serviços à Comunidade: O Centro Universitário Assunção desenvolve diversas atividades no âmbito da responsabilidade social, do atendimento e do oferecimento de serviços à comunidade.

- Ações do ASSUNÇÃO na Comunidade: A instituição reafirma seu compromisso com a responsabilidade social por meio de diversas frentes de atuação que integram o aprendizado acadêmico ao serviço comunitário.

2.4.1. Programas de Assistência e Inclusão Social

A instituição presta serviços essenciais em áreas estratégicas para promover o bem-estar e o desenvolvimento social, tais como:

- Assistência Jurídica: Atuação por meio do Escritório de Assistência Jurídica (ESAJU).
- Apoio Pedagógico: Projeto voltado a crianças com dificuldades de aprendizagem.
- Apoio a Migrantes e Refugiados: Projeto dedicado ao ensino da Cultura e da Língua Portuguesa.
- Proteção à Criança e ao Adolescente: Execução do Programa de Apadrinhamento Afetivo.

2.4.2. Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF)

Em cooperação com a Receita Federal, o NAF atua como um importante instrumento de Cidadania Fiscal, oferecendo suporte gratuito a pessoas físicas de baixa renda, Microempreendedores Individuais (MEIs) e pequenas empresas.

O Núcleo fundamenta-se em dois pilares:

- Impacto Social: Promoção da inclusão social e incentivo à cidadania fiscal.
- Impacto Acadêmico: Proporcionar aprendizado prático supervisionado aos estudantes dos cursos de Administração e Ciências Contábeis.

Portfólio de Serviços do NAF: Os serviços oferecidos à comunidade incluem:

- Elaboração da Declaração do Imposto de Renda 2025, inclusive para casos em atraso;
- Consulta, regularização e parcelamento de débitos fiscais;
- Apoio ao MEI: Abertura de cadastro, emissão de notas fiscais e guias de pagamento;
- Auxílio em serviços digitais, incluindo gestão da conta GOV.BR (níveis Bronze, Prata e Ouro).

2.4.3. Ações na área da cultura

O ASSUNÇÃO promoveu diversas ações culturais, entre as quais se destacam o 1º Sarau Cultural e Literário - Vozes Universitárias, missas, palestras e lives, com a participação de discentes e docentes. As atividades ocorreram de forma presencial e remota, com transmissões via Microsoft Teams e YouTube, além da realização de visitas técnicas a empresas e museus.

2.4.4. Ações de responsabilidade social com os alunos

- Assunção Model United Nations (ASMUN): Evento idealizado por alunos dos cursos de História e Filosofia, com o objetivo de fomentar o debate, a negociação e a prática diplomática em ambiente acadêmico inclusivo.

- Projeto Umbrella Futura: Ampliação da parceria com a Fundação Kinder-Schirm, fortalecendo o atendimento e o apoio a alunos em situação de vulnerabilidade social.

- Feira de Recrutamento, Carreira e Empreendedorismo: Realizada em parceria com o SEBRAE-SP, com o objetivo de aproximar estudantes, empresas e empreendedores.

- NAF - II Encontro de Iniciação Científica em Cidadania Fiscal dos NAFs do Estado de São Paulo, em parceria com a Receita Federal, com o tema Reforma Tributária e Cidadania Fiscal.

- Páscoa Solidária: Arrecadação e entrega de chocolates a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

- Projeto Cinema e Debate: Sessões de cinema seguidas de debates, contando com a participação de alunos e membros da comunidade.

- Festa Junina: Evento com ampla participação dos alunos e da comunidade externa.
- II Seminário Nacional de Prevenção das Violências no Ambiente Escolar: Evento com atividades presenciais e on-line, incluindo palestras, mesas de debate e apresentações de trabalhos acadêmicos, visando à construção de ambientes escolares mais seguros, inclusivos e acolhedores.
- Oferta de 48 bolsas CAPES, por meio do PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, destinadas a alunos dos cursos de História e Pedagogia.
- Semana do Meio Ambiente - 10 anos da Laudato si': Desenvolvimento de projetos inspirados na encíclica Laudato si', abordando diferentes dimensões da ecologia integral, desde o cuidado com a água até iniciativas voltadas à promoção de comunidades mais justas e inclusivas.

3. Desempenho operacional no último triênio (2025/2024/2023)

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta			
Mensalidades, taxas e inscrições	671.612	644.919	594.186
Cursos extracurriculares	23.534	25.340	26.116
Assistência e subvenções médico-hospitalares	108.777	92.517	61.935
Subvenções e doações educacionais	2.405	2.405	2.013
Outras receitas	26.050	24.591	27.269
	832.378	789.772	711.519
Deduções			
Bolsas de estudo filantrópicas	(96.202)	(97.503)	(76.756)
Bolsas de estudo (sociais)	(85.121)	(74.586)	(67.923)
Abatimentos concedidos sobre mensalidades	(237)	(8)	(446)
	(181.560)	(172.097)	(145.125)
Receita operacional líquida	650.818	617.675	566.394
Custos diretos e indiretos com atividades educacionais	(267.749)	(260.984)	(259.905)
Custos diretos com atividades hospitalares	(57.962)	(51.034)	(43.957)
Custos com mercadorias vendidas	(786)	(506)	(591)
Custo do serviço prestado	(326.497)	(312.524)	(304.453)
Superávit bruto	324.321	305.151	261.941
Despesas operacionais			
Salários, férias e encargos sociais	(160.568)	(151.264)	(145.497)
Despesas com serviços de terceiros	(41.693)	(38.736)	(34.273)
Administrativas e gerais	(45.755)	(42.314)	(40.480)
Pesquisas e desenvolvimento científico	(22)	(552)	(878)
Total despesas operacionais	(248.038)	(232.866)	(221.128)
Result. operacional antes indenizações, dev. duvidosos, depreciação e resultado financeiro	76.283	72.285	40.813
Aviso prévio e indenizações	(9.564)	(4.470)	(5.462)
Depreciações e amortizações	(11.258)	(11.344)	(12.364)
Resultado financeiro líquido	(6.745)	(23.077)	(22.361)
Despesas com devedores duvidosos e processos judiciais	(149)	(4.416)	(1.906)
Outras (receitas/despesas) operacionais	(14.595)	3.259	15.029
Resultado do exercício	33.972	32.237	13.749

Conforme demonstrado no quadro acima, e com base nas informações das demonstrações financeiras, em 2025 a Fundação manteve a geração de superávit líquido e continua gerando resultados operacionais positivos, possibilitando a continuidade da amortização de dívidas contraídas em períodos anteriores. A Instituição entende que a manutenção desse patamar de resultado operacional aponta para constante planejamento e eficaz administração para enfrentar o futuro, capazes de manter e consolidar o bom desempenho na educação superior que se apresenta cada vez mais competitiva.

A receita líquida operacional de 2025 foi de R\$650.818 milhões e apresenta acréscimo de 5,4% quando comparada com o período imediatamente anterior. Alcançou um resultado operacional de R\$76,3 milhões (R\$72,3 milhões em 2024), as ações da administração adequando os custos e despesas operacionais às receitas captadas, teve reflexo direto no resultado operacional, que demonstra a manutenção da busca pela sustentabilidade econômica e financeira da Fundação.

Para mantermos os níveis de resultado operacional, em volume suficiente para manutenção das atividades, amortização da dívida, investimentos e, principalmente, a continuidade do processo de sustentabilidade, é necessária a manutenção das medidas de controles financeiro e operacional já tomadas.

No âmbito operacional, a Instituição continuará a implementação das medidas de adequação da estrutura operacional e de custos ao atual volume de matrículas, compatibilizando-as através das premissas contidas no orçamento para o ano de 2026.

A Fundação manterá em 2026 os procedimentos iniciados em anos anteriores que visem à obtenção de êxito em negociações complexas de passivos contingentes, especialmente aqueles registrados para causas trabalhistas.

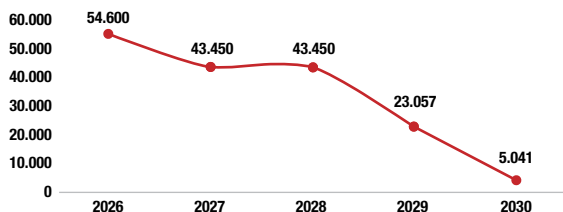
No último triênio, a Instituição atingiu resultado líquido superavitário, fato este que evidencia que a Fundação manteve o foco em seu controle orçamentário, demonstrando a eficácia em seus controles econômicos e financeiros.

O gráfico a seguir apresenta os montantes vincendos da dívida bancária ao final do exercício de 2025:



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

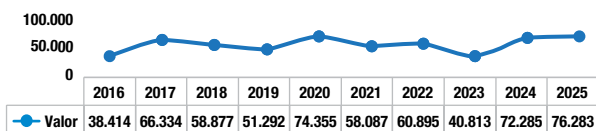
Evolução do Endividamento Bancários



A manutenção do resultado operacional em níveis positivos permite à Instituição honrar compromissos assumidos e ainda arcar com o pagamento dos encargos financeiros dessa dívida.

A seguir, demonstramos os resultados operacionais gerados pela Fundação nos últimos 10 anos:

Resultado Operacional Antes das (Indenizações, Devedores Duvidosos, Depreciação e Resultado Financeiro)

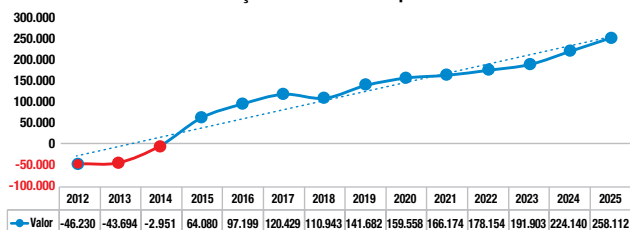


Estes resultados contribuem para que a Fundação consiga honrar seus compromissos com os credores, bem como investir em melhorias de infraestrutura de seus campi.

A efetivação e o monitoramento do planejamento estratégico organizacional e a busca de medidas que possibilitem o melhor controle dos gastos (investimentos, custos e demais despesas) no médio e longo prazo promove a continuidade dos resultados operacionais e líquidos positivos.

A evolução do patrimônio líquido indica que no ano de 2025 a Fundação manteve um acréscimo patrimonial decorrente novamente de resultado líquido positivo. Assim, manteve a consolidação da reversão da situação de passivo a descoberto. Destaca-se que essa reversão é oriunda de grandes esforços dispendidos pela Administração no tocante a melhorias em seus processos de gestão, no monitoramento e no controle que aperfeiçoem a utilização dos recursos (humanos, tecnológicos e materiais) sem perder a sua excelência e qualidade. Por fim, destaca-se também a administração de seu Patrimônio Líquido.

Evolução do Patrimônio Líquido



Considerações finais

Compatibilizar o trinômio composto pela sustentabilidade econômica, qualidade acadêmica e compromisso social continua sendo o grande desafio que envolve a gestão da Fundação São Paulo.

Os professores da PUC-SP trabalham sob o regime de um contrato diferenciado das outras universidades privadas. Todo professor da PUC-SP dispõe de horas para pesquisa e produção científica, além das aulas, gerando uma condição de trabalho e remuneração maiores que aquelas estabelecidas pelo sindicato da categoria. É este diferencial que faz da Universidade referência nacional e internacional no mundo acadêmico.

A Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Centro Universitário Assunção, conforme preconiza seu estatuto, não tem fins lucrativos e aplica integralmente seu resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, e assume firmemente diretrizes de sustentabilidade, mantendo sua identidade de excelência acadêmica e compromisso social.

Com 80 anos de existência, celebrados em 2025, a Instituição apresenta um passado digno e comprometido com a sociedade brasileira e um futuro promissor caracterizado pelo compromisso social e pela qualidade e excelência acadêmica, conquistadas com a busca contínua da convergência entre interesse, compromisso e virtude, que fazem de suas atividades um fator de desenvolvimento das pessoas, da sociedade e do país, semeando terreno fértil para seu próprio crescimento.

Construir e consolidar, com ética e compromisso, construindo uma civilização do diálogo, do respeito e da paz, são os verbos que pautam e pautarão nossos trabalhos.

Declaração dos diretores

Os Diretores da Fundação São Paulo declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes, emitido em 13/04/2026, com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Relacionamento com os auditores independentes

Informamos que a Fundação São Paulo consultou os auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Fundação na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a Ernst & Young Auditores Independentes não prestou outros serviços adicionais para as demonstrações financeiras da Fundação São Paulo.

A Ernst & Young Auditores Independentes declarou que a prestação dos serviços de auditoria foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderia afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

São Paulo, 13 de abril de 2026

Diretoria Executiva da Fundação São Paulo
Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Mantenedora do Centro Universitário Assunção



BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota 31/12/2025		31/12/2024		Nota 31/12/2025		31/12/2024	
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.139		63.052		-	18.229	15.915
Aplicações financeiras vinculadas	4	5.035		9.124		16	54.600	52.835
Contas a receber de alunos e hospital	5	47.512		41.799		17	58.163	54.351
Bolsas restituíveis	6	2.833		2.607		18	7.864	8.557
Estoques	-	2.300		2.266		19	27.741	23.100
Outros ativos	7	8.219		7.259		20	4.223	5.266
Total circulante		91.038		126.107		15	3.549	3.254
Não circulante						21	8.920	5.377
Realizável a longo prazo								
Contas a receber de alunos e hospital	5	530		695				
Outros ativos	7	79		191				
Aplicações financeiras em garantia de empréstimos e restrição de uso	8	87.503		37.187		16	114.998	129.129
Precatórios a receber	9	18.566		-		18	100.155	104.913
Créditos de certificado de potencial adicional de construção	10	5.695		5.695		22	6.159	8.660
Investimentos (Associação Cultural São Paulo)	11	10		10		15	10.054	15.146
Outros investimentos	-	34		19		20	78	78
		112.417		43.797		21	1.000	3.106
Imobilizado	12	270.137		266.040				
Intangível	13	32.589		52.595				
Propriedades para investimentos	14	156.106		149.204				
Direito de uso	15	11.558		16.084				
Total não circulante		470.390		483.923				
Total do ativo		673.845		653.827				
Passivo								
Circulante								
Fornecedores								
Empréstimos e financiamentos								
Salários, férias e encargos sociais a pagar								
Tributos parcelados								
Mensalidades antecipadas								
Processos judiciais a pagar								
Passivo de arrendamento								
Outras contas a pagar								
Total circulante								
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos								
Tributos parcelados								
Provisão para riscos judiciais								
Passivo de arrendamento								
Processos judiciais a pagar								
Outras contas a pagar								
Total não circulante								
Patrimônio líquido								
Patrimônio social	23 a.	143.036		106.703		23 a.	81.104	85.200
Ajuste de avaliação patrimonial	23 b.	33.972		32.237				
Superávits acumulados		258.112		224.140				
Total do patrimônio líquido		673.845		653.827				
Total do passivo e do patrimônio líquido		673.845		653.827				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	24	650.818	617.675
Custos diretos educacionais e hospitalares	25	(326.497)	(312.524)
Superávit bruto operacional		324.321	305.151
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas com pessoal	26	(170.132)	(155.734)
Despesas gerais e administrativas	27	(45.755)	(42.314)
Despesas com serviços de terceiros	28	(41.693)	(38.736)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.2 e 6	(2.546)	(4.878)
Provisão para processos e contingências judiciais	22.1	2.397	462
Depreciações e amortizações	12.2, 13 e 15 a	(11.258)	(11.344)
Despesas com pesquisas e desenvolvimento científico	-	(22)	(552)
Outras (despesas) receitas	29	(14.595)	3.259
		(283.604)	(249.837)
Superávit operacional antes do resultado financeiro		40.717	55.314
Receitas financeiras	30	40.774	26.680
Despesas financeiras	30	(47.519)	(49.757)
Superávit do exercício		33.972	32.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais - R\$)

	2025	2024
Superávit do exercício	33.972	32.237
Realização de avaliação patrimonial	(4.096)	(4.096)
Superávit abrangente total do exercício	29.876	28.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais - R\$)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Valores recebidos dos clientes	626.483	582.987
Pagamentos de obrigações sociais e trabalhistas	(434.216)	(415.292)
Pagamentos a fornecedores de materiais e serviços e outras contas a pagar	(139.031)	(122.982)
Pagamentos de obrigações, impostos, taxas e tributos	(11.994)	(9.983)
	41.242	34.730
Outros recebimentos (pagamentos)		
Recebimentos de aluguéis	4.450	3.403
Recebimentos de subvenções	6.647	4.029
Recebimentos de doações	1.251	465
Recebimentos de inscrições e concursos	5.693	4.087
Outros recebimentos	3.035	4.085
Despesas bancárias pagas	(2.145)	(1.237)
Pagamentos de processos judiciais	(9.654)	(8.523)
Pagamentos de depósitos judiciais	(104)	(2)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(30.880)	(26.364)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	19.535	14.673
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compras de imobilizado	(12.712)	(7.489)
Outros investimentos	(15)	-
Juros recebidos	19.315	13.964
Aplicações financeiras em restrições de uso	(41.600)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	(35.012)	6.475
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(52.354)	(143.266)
Captação de empréstimos e financiamentos	39.988	120.357
Amortização de arrendamento de imóvel	(1.354)	(5.019)
Aplicações financeiras em garantia de empréstimos	(8.716)	2.976
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(22.436)	(24.952)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(37.913)	(3.804)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	63.052	66.856
No final do exercício	25.139	63.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	88.858	89.296	13.749	191.903
Incorporação do superávit ao patrimônio social	13.749	-	(13.749)	-
Realização de avaliação patrimonial	4.096	(4.096)	-	-
Superávit do exercício	-	-	32.237	32.237
Saldos em 31 de dezembro de 2024	106.703	85.200	32.237	224.140
Incorporação do superávit ao patrimônio social	32.237	-	(32.237)	-
Realização de avaliação patrimonial	4.096	(4.096)	-	-
Superávit do exercício	-	-	33.972	33.972
Saldos em 31 de dezembro de 2025	143.036	81.104	33.972	258.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Fundação São Paulo ("FUNDASP" ou "Fundação") é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida filantrópica, instituída em 1945, e mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ("PUC-SP" ou "Instituição"), fundada em 13 de agosto de 1946, do Hospital Santa Lucinda (HSL), fundado em 1950, e do Centro Universitário Assunção ("ASSUNÇÃO" ou "Instituição"), constituído em julho de 2002.

A Fundação cumpre seus objetivos sociais aplicando integralmente no País os recursos financeiros por ela gerados em ensino, pesquisa e assistência social, prestando relevantes serviços à comunidade na qual está inserida, com atuação nas áreas social, da saúde, educação, pesquisa e cultura.

Para manter-se como uma fundação sem finalidade de lucro, as seguintes condições devem ser seguidas pela Fundação, as quais estão sendo cumpridas:

- (a) Não remunerar, por nenhuma forma, os membros do Conselho Superior, do Conselho de Assessoria em Administração e Finanças, do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal pelos serviços prestados.
- (b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais.
- (c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, assim como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- (e) Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos.

Unidade educacional - PUC-SP

Seus objetivos principais são:

- A assistência social desenvolvida por meio de programas de inclusão, desenvolvimento e transformação.
 - A formação de profissionais técnicos e científicos de nível superior, pós-graduação e extensão universitária, abertos aos valores de cooperação responsável, de justiça e dignidade humana, sensíveis aos problemas do País e às implicações de sua profissão.
 - Outras atividades de caráter cultural, social, filantrópico e de pesquisa científica.
- Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se os cursos de graduação, pós-graduação, especialização e extensão universitária, os diversos núcleos de pesquisa, a participação no desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas, os programas e projetos sociais e o atendimento clínico e hospitalar.

A PUC-SP conta com quatro campi universitários, sendo três localizados no município de São Paulo: Perdizes, Consolação, Ipiranga e um no interior: Sorocaba.

Unidade educacional - Centro Universitário Assunção - ASSUNÇÃO

Seus objetivos principais são:

- Comprometimento com a educação, inspirada nos valores evangélicos e nos princípios de liberdade de expressão;
- Preparar os futuros profissionais para o exercício da cidadania e qualificá-los para o mercado de trabalho;
- Aprimoramento qualitativo de seus egressos, dando ênfase ao crescimento pessoal e à capacitação para o aperfeiçoamento contínuo, seja por meio de cursos de pós-graduação lato sensu e aperfeiçoamento, seja por meio de grupos de estudo.
- Como instituição católica, incentiva a formação humanista e a prática pedagógica participativa e dialogada, como forma de melhor entendimento entre professores, alunos e funcionários.

Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se os cursos de graduação, especialização e extensão universitária.

O ASSUNÇÃO conta com um Centro Universitário localizado no município de São Paulo.

Unidade Hospitalar - HSL

O HSL está localizado na Rua Cláudio Manoel da Costa, nº 57 - Jd. Vergueiro, na cidade de Sorocaba/SP, e foi fundado em 1950, quando o Dr. José Ermirio de Moraes doou uma área pertencente ao Grupo Votorantim para abrigar a Escola de Enfermagem e Faculdade de Medicina de Sorocaba. Em 1977, o HSL passou a fazer parte da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde da PUC-SP, mantida pela Fundação. Atualmente, o HSL possui parceria com o governo municipal de Sorocaba, trabalhando, também, de modo particular e por meio de operadores de planos de saúde.

Decorrente de sua integração com a PUC-SP sediada em Sorocaba, o HSL atua como campo de estágio nas áreas de medicina e enfermagem e possui o mérito de ser o único hospital da cidade a possuir em seu corpo clínico todos os membros do corpo acadêmico da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde.

1.2. Impostos, contribuições e programas de bolsas (renúncia fiscal)

i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
A Fundação, em virtude de ser uma instituição de educação, sem fins lucrativos, e entidade beneficente de assistência social, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, em conformidade com o disposto nos arts. 150, VI, "c", e 195, § 7º, ambos da Constituição Federal, e de acordo com o art. 181 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, bem como de acordo com o art. 3º da Lei Complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021. Além disso, a CSLL está abrangida na imunidade de contribuições para a seguridade social, prevista no art. 195, §7º, da CF, sendo que o CEBAS vigente é documento hábil a comprovar tal imunidade.

ii) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)
Conforme previsto no Decreto Federal nº 6.306/2007, artigo 2º, § 3º, as operações realizadas pelas instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que vinculadas às suas finalidades essenciais, não se submetem à incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). Para atestar tal situação às instituições financeiras com as quais realiza operações, a Fundação envia-lhes declaração de que é imune, não estando sujeita à incidência desse imposto sobre as referidas operações.

Quanto ao IRRF, a Lei Federal nº 9.532/1997, em seu artigo 12, § 1º, prevê que os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável pelas instituições de educação ou de assistência social não estão abrangidos pela imunidade. Por força da medida liminar concedida em 1998 no bojo da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) n. 1.802/1998 a Fundação São Paulo enviava às instituições financeiras com as quais possui as citadas aplicações uma Declaração sobre a sua imunidade. Em abril de 2018 houve o julgamento da ADIN sendo o referido dispositivo, entre outros, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ratificando a medida liminar. O trânsito em julgado da ação foi certificado em 14/05/2018. Com isso, as entidades sem fins lucrativos detêm plena e definitiva segurança jurídica para gozarem de sua imunidade tributária sem a necessidade de atender às indevidas limitações que eram impostas pela Lei nº 9.532/1997.

iii) Programa de Integração Social (PIS)

A Fundação São Paulo, sendo instituição de educação e assistência social nos termos do artigo 12 da Lei nº 9.532/1997, e por ser detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), ajuizou uma ação judicial em 2000 (Processo nº 0008249-51.2000.4.03.6100) para questionar a obrigatoriedade de recolhimento da contribuição ao PIS, imposta pela Medida Provisória nº 1.858/99, desde a sua edição, compreendido o período abrangido por suas sucessivas reedições, cuja obrigação atualmente é regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.524/2002.

Nessa ação, foi demonstrado que a obrigatoriedade prevista na medida provisória colidia com as disposições dos artigos 150, VI, "c", e 195, §7º, da Constituição Federal, que asseguram a imunidade tributária às entidades beneficentes de assistência social no que se refere a impostos e contribuições sociais, desde que atendam às exigências estabelecidas em lei. Além disso, destacou-se que, embora o artigo 195, §7º condicione a imunidade ao cumprimento de exigências legais, tais requisitos deveriam ser instituídos por meio de lei complementar. Paralelamente à tramitação da ação judicial da FUNDASP, estavam em trâmite no Supremo Tribunal Federal Ações Diretas de Inconstitucionalidade relacionadas à matéria (ADI's 2028, 2036, 2228 e 2621), bem como o Recurso Extraordinário nº 566.622/RS, com repercussão geral. Em 18/12/2019, a Suprema Corte concluiu a apreciação conjunta dos embargos de declaração opostos no recurso extraordinário e ADI's nº 2.028, 2.228, 2.036 e 2.621, conferindo à tese do Tema RG nº 32 a seguinte formulação: "A lei complementar é forma exigível para a definição do modo beneficente de atuação das entidades de assistência social contempladas pelo art. 195, §7º da CF, especialmente no que se refere à instituição de contrapartidas a serem por ela observadas."

A ação da FUNDASP foi julgada procedente, com o julgamento finalizado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região em sessão realizada em 04 de abril de 2023. No julgamento, os Desembargadores da Quarta Turma, por unanimidade, reconheceram a imunidade pleiteada pela FUNDASP com base no cumprimento dos requisitos do artigo 14 do CTN. Foi certificado o trânsito em julgado do acórdão em 10/06/2024.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Com a decisão definitiva, a FUNDASP está desobrigada do recolhimento da contribuição ao PIS, garantindo o exercício pleno de seu direito à imunidade tributária.

iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A Fundação, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, beneficente e de assistência social, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Fundação, de acordo com as Leis nºs 9.718/1998 e 10.833/2003, com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e o Decreto Federal nº 4.524/2002. Além disso, a COFINS está abrangida na imunidade de contribuições para a seguridade social, prevista no art. 195, §7º, da CF, sendo que o CEBAS vigente é documento hábil a comprovar tal imunidade.

v) Imposto Sobre Serviços (ISS) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)

No Município de São Paulo, até 2015, a imunidade da Fundação em relação ao ISS e ao IPTU era reconhecida por meio de despachos de deferimento publicados no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. A partir do exercício de 2015, inclusive, a imunidade passou a ser atestada por meio da Declaração de Imunidade Tributária emitida e renovada anualmente por meio do Sistema de Declaração de Imunidades (SDI), da Prefeitura Municipal de São Paulo/Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, instituída pelo Decreto Municipal nº 56.141/2015 e disciplinada pela Instrução Normativa da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico nº 07/2015. Para o exercício de 2025, a imunidade da Fundação foi atestada pela Declaração **2025-000038/CR03**.

Já a imunidade referente ao ITBI é concedida mediante o envio de uma declaração específica pelo SDI para cada operação de aquisição de imóvel.

No Município de Sorocaba, o reconhecimento da imunidade do ISSQN é formalizado por meio de processo administrativo específico. Em 24 de junho de 2025, foi deferida a renovação da imunidade para o período de 1º/01/2025 a 31/12/2025, nos termos dos Processos SEI nº 3552205.404.00014520/2024-23 (Hospital Santa Lucinda - IM 133.283) e nº 3552205.404.00014522/2024-12 (Faculdade de Ciências Médicas - IM 031.857).

A manutenção do benefício está condicionada ao atendimento contínuo dos requisitos legais e ao cumprimento das obrigações acessórias aplicáveis.

vi) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

A Fundação, por ser detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS vigente, é imune ao recolhimento da contribuição previdenciária patronal. Destaca-se que a Fundação São Paulo ajuizou, em maio de 1999, uma ação declaratória com pedido de tutela antecipada (Processo nº 0024241-86.1999.4.03.6100), em razão das alterações legislativas introduzidas pela Lei nº 9.732/98 e, posteriormente, pelo Decreto nº 30.048/99. Por meio dessa ação, buscou o reconhecimento da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigasse a Instituição ao recolhimento da contribuição patronal incidente sobre a folha de salários e remunerações, fundamentando-se na imunidade prevista no artigo 195, §7º, da Constituição Federal. A ação foi julgada procedente, sendo reconhecido pelo juízo de primeira instância e pelo Tribunal que todos os requisitos exigidos para o enquadramento na norma imunizadora foram satisfeitos.

Em contrapartida, a legislação exige que a Fundação conceda uma bolsa de estudos integral para cada cinco alunos pagantes. Essa exigência estava prevista na Lei nº 12.101/2009, a qual foi declarada inconstitucional, por decisão do STF, que julgou parcialmente procedente a ADI nº 4.480, no que se refere à necessidade de que os requisitos para fruição da imunidade sejam disciplinados por meio de lei complementar, e não por lei ordinária, o que resultou na publicação da Lei Complementar nº 187, em 16 de dezembro de 2021, em cujo art. 20 encontramos a exigência de concessão de uma bolsa de estudos integral para cada cinco alunos pagantes, que pode ser substituída pela oferta de bolsas de estudos parciais, seguindo as regras dispostas no §1º desse artigo. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na Nota Explicativa nº 33.

vii) Benefícios do Programa Universidade para Todos (PROUNI)

O PROUNI foi instituído pela Lei nº 11.096/2005, com a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos.

A gestão do PROUNI cabe à Sesu/MEC, com o qual a Fundação firmou Termo de Adesão para os campi de suas instituições mantidas. Na PUC-SP, o termo foi firmado em novembro de 2004, para vigorar a partir do 1º semestre de 2005, com vigência de 10 (dez) anos, conforme disposto no Art. 5º, § 1º, da Lei nº 11.096/2005. Ao término desse prazo, foram renovados termos de adesão por igual período, nos prazos estabelecidos pelo Ministério da Educação para as 02 (duas) mantidas. Semestralmente, foram emitidos Termos Aditivos, para o fim de constar as bolsas a serem concedidas tanto no Centro Universitário Assunção como na PUC-SP, a cada processo seletivo.

Na composição de sua gratuidade a Fundação São Paulo utiliza o PROUNI para o cumprimento da proporção de número de pagantes e bolsas de estudos concedidas, bem como Bolsas de Estudos Filantrópicas FUNDASP, nos termos da lei.

1.3. Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, a Fundação, apresenta capital circulante líquido negativo de R\$92.251 (R\$42.548 em 31 de dezembro de 2024) e patrimônio líquido de R\$258.112 (R\$224.140 em 31 de dezembro de 2024). Os planos da Administração para manter o equilíbrio de sua situação patrimonial são:

- Expandir a receita pela captação de novos alunos e novos cursos.
- Melhorar a retenção dos alunos nos principais cursos.
- Corrigir as mensalidades, a fim de estar alinhadas aos índices de atualização dos principais custos da Fundação.

(iv) Reduzir as despesas e os custos com pessoal.

(v) Analisar a margem de contribuição de cada curso, avaliando, semestralmente, quais cursos devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados.

(vi) Manter o parcelamento dos tributos federais pelo Programa de Recuperação Fiscal (REFIS I), que permite a adimplência fiscal por meio do pagamento de uma parcela mensal compatível com a realidade financeira da Fundação.

(vii) Intensificar a participação de programas governamentais (bolsas), melhorando o fluxo financeiro de recebimento.

(viii) Melhorar o processo de cobrança e acompanhamento das contas a receber, reduzindo o nível de inadimplência.

(ix) Ofertar novas fontes de financiamento privado estudantil aos alunos que se encontram com dificuldade financeira.

(x) Usar a evolução contínua dos processos administrativos financeiros, de forma a agilizar as rotinas internas.

(xi) Ampliar o nível de controle dos recursos pertencentes à Fundação.

(xii) Manter práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário.

(xiii) Renovar e atualizar seus recursos tecnológicos.

(xiv) Investir em melhorias de infraestrutura nos diversos campi, bem como no HSL.

O conjunto dessas ações faz parte do planejamento de equilíbrio econômico-financeiro da Fundação, que visa a eliminar dívidas trabalhistas e reduzir os passivos tributários, bem como reduzir o volume de endividamento bancário.

Diversas ações, como as descritas anteriormente, no sentido de manter o equilíbrio econômico-financeiro, vêm sendo tomadas, no contexto da sólida gestão da Fundação, as quais continuarão sendo executadas ao longo de 2025, permitindo um melhor equilíbrio de caixa e, com isso, recuperação da sua capacidade de investimento, possibilitando a continuidade e o aumento dos investimentos na qualificação contínua do seu quadro de colaboradores e instalações físicas.

A Administração da Fundação acredita que todas essas medidas trarão os resultados esperados e proporcionarão a equalização do fluxo financeiro de curto, médio e longo prazos.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros".

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva em 13 de abril de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Fundação na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo, as propriedades para investimento e os créditos de certificado de potencial adicional de construção, que também são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Fundação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Fundação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas, em 31 de dezembro de 2025, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2026 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 3(h) - Valor depreciável, que é o custo de um ativo ao longo de sua vida útil estimada de cada componente.
- Nota Explicativa nº 20 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos por demandas fiscais, trabalhistas e cíveis.
- Notas Explicativas nº 5 e nº 6 - Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e bolsas restituíveis.
- Nota Explicativa nº 10 - Mensuração do valor justo dos créditos de certificado de potencial adicional de construção.
- Nota Explicativa nº 14 - Mensuração do valor justo das propriedades para investimento.

e) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Fundação requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Fundação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Fundação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Fundação reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

3. Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

A Fundação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Fundação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - Instrumento de dívida; ao VJORA - Instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2025, a Fundação não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - Instrumento de dívida ou VJORA - Instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Fundação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
 - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJR.

Ativos financeiros registrados pelo VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda do desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e hospital, bolsas restituíveis, certificado de potencial construtivo a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços.

Redução no valor recuperável (impairment) - ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda do desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Fundação não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de *hedge*.

b) Arrendamento

A Fundação adotou inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva simplificada.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Fundação, como arrendatário, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

i) Definição de arrendamento

A Fundação avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

ii) Ativos arrendados

A Fundação arrenda basicamente os imóveis:

- Rua da Consolação - Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da PUC-SP (COGEAE), onde são ofertados cursos de especialização e extensão;
- Rua Voluntários da Pátria, 1653 - Santana;
- Avenida Nazaré, 993 - Ipiranga, Campus Ipiranga, são ofertados alguns cursos de graduação;

• Rua João Ramalho, 295 - Escritório Modelo "Dom Paulo Evaristo Arns" é uma unidade de Prática da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;

• Rua da Consolação, 881 - Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da PUC-SP (COGEAE), onde são ofertados cursos de especialização e extensão. Em 2023 a Fundação arrendou 903 Equipamentos de Informática por período de 60 meses. Os equipamentos de informática objeto deste arrendamento foram utilizados primordialmente para fins educacionais.

iii) Políticas contábeis significativas

A Fundação reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Fundação. Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes e descontados pela taxa incremental nominal de aproximadamente 12,28% a.a. referente aos imóveis variando de acordo com o prazo de cada contrato e 13,09% a.a. referente aos equipamentos de informática.

A Fundação aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação. A avaliação se a Fundação está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

c) Reconhecimento de receitas e bolsas de estudo concedidas

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos (Nota Explicativa nº 24).

a) Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Fundação e quando puder ser mensurada de forma confiável.

As receitas com contribuições dos alunos (mensalidades) são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência.

As receitas incluem mensalidade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), mensalidades dos cursos de especialização e extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em concursos e vestibulares.

b) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas com base na totalidade das receitas efetivamente recebidas, incluindo ainda os créditos públicos provenientes do Financiamento Estudantil (FIES), atendendo às determinações da Lei nº 12.101/2009 (com as alterações advindas da Lei nº 12.868/2013), do Decreto Federal nº 2.536/1998 e da Lei nº 11.096/2005, que introduziu o PROUNI, bem como a legislação pertinente à filantropia. Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos pelo valor efetivamente praticado e de forma segregada das receitas a que se referem.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Alteração na legislação do FIES

Em dezembro de 2014, o MEC definiu as Portarias Normativas nºs 21 e 23, que modificaram principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais, reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para os alunos ingressantes a partir de março de 2015. O principal impacto medido pela Fundação refere-se ao desconto de 5% (cinco por cento) instituído pelo Governo para o repasse do crédito.

c) Prestação de serviços médicos

Os procedimentos médicos concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final (particular ou plano de saúde), sendo reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Os procedimentos médicos que se encontram em curso e não podem ser finalizados, até o encerramento das demonstrações financeiras, são avaliados e quantificados, sendo reconhecidos pelo regime de competência, líquidos de descontos, abatimentos e possíveis glosas estimadas.

d) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro, ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

e) Subvenções e doações

As receitas oriundas de subvenções e doações são registradas conforme determina a ITG 2002 (entidades sem fins lucrativos), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos e cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção.

f) Mensalidades antecipadas

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência desse tratamento, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Fundação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

e) Aplicações financeiras

Os recursos classificados como títulos e valores mobiliários referem-se a valores aplicados com vencimento superior a 90 (noventa) dias e que não possuem perspectiva de serem utilizados pela Administração antes dos vencimentos previamente estabelecidos.

f) Contas a receber de alunos e hospital

Apresentadas aos valores de realização, deduzidos do ajuste para créditos de liquidação duvidosa, que é constituído com base na análise dos riscos de perda esperada da realização do contas a receber.

As contas a receber são segregadas e compostas pelos segmentos educacional (mensalidades, acordos celebrados com estudantes de mensalidades vencidas e em cobranças judiciais) e hospitalar (procedimentos médicos a receber de convênios ou particulares).

g) Estoque

Os estoques referem-se aos medicamentos e materiais médico-hospitalares utilizados na prestação de serviços de saúde no HSL e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel e, em geral, compreende materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo e outros produtos relacionados à atividade hospitalar.

Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.

h) Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as unidades educacionais e o complexo hospitalar no qual são desenvolvidas as operações da Fundação, os quais são demonstrados pelo valor de custo, deduzidos da depreciação acumulada. Os demais bens estão apresentados ao custo histórico de aquisição, acrescidos dos gastos necessários à entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou das peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos	Taxa de depreciação anual
Edificações	25 a 64 anos	1,56% a 4,0%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10,0%
Móveis e utensílios	10 anos	10,0%
Equipamentos de informática	5 a 8 anos	12,5% a 20,0%
Ferramentas	10 anos	10,0%
Biblioteca	10 anos	10,0%
Instalações	10 anos	10,0%
Benfeitorias em imóveis próprios	25 a 64 anos	1,56% a 4,0%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos	20,0%
Equipamentos hospitalares	5 a 20 anos	
Veículos em uso	anos	5,0% a 20,0%
Exnoval hospitalar	7 anos	14,28%
	3 anos	33,34%

A vida útil dos ativos é revisada nas datas de encerramento dos exercícios, não tendo ocorrido alterações significativas em relação à vida útil estimada no exercício anterior.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se este valor for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

i) Intangível - softwares

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de dez anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

j) Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 14.

As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. As variações (ganhos ou perdas) resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidas no resultado do período no qual as mudanças ocorrerem, especificamente em conta destacada no grupo "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas". As avaliações foram efetuadas por especialistas independentes externos.

O valor justo das propriedades para investimento não reflete os investimentos futuros em capital fixo que aumentem o valor das propriedades, tampouco os benefícios futuros relacionados derivados desses dispêndios futuros.

k) Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

b) Provisões para riscos judiciais

A Fundação é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos será feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor pode ser feita. (Vide Nota Explicativa nº 22).

l) Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituído um ajuste do ativo para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Fundação avalia os ativos do imobilizado quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

m) Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não derivativos

A Fundação apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Fundação considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Fundação.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Fundação sobre condições de que a Fundação não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

i) Mensuração das perdas com crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito da carteira de recebíveis da Fundação. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável.

ii) Glosas

É a recusa parcial ou total de uma fatura, por parte da operadora de plano de saúde, por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento. Seu registro é realizado no momento em que a Fundação recebe a notificação da operadora do plano de saúde.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Fundação, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. Esse valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Fundação.

iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Fundação são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Durante o exercício de 2025, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros.

n) Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC)

Este direito é um título ao portador que pode ser comercializado no chamado “mercado secundário” e atende à premissa de expectativa de geração de benefício econômico para a Fundação. O valor apresentado nas demonstrações financeiras indica a expectativa da Administração da Fundação quanto à sua realização, em conjunto com os esforços de negociação desse título, para o qual, quando efetivamente negociado, prevalecerá o valor de mercado na data de cada negociação.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

p) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Fundação não foi afetada por qualquer determinada alteração, norma ou interpretação de novos pronunciamentos contábeis no exercício.

q) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, e que possam vir a impactar a Fundação, estão descritas a seguir. A Fundação pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Comentário sobre o pronunciamento técnico CPC: A Fundação apresenta as normas emitidas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações financeiras elaboradas em compliance com as normas do CPC e IFRS. Por esse motivo, algumas das normas abaixo descritas fazem menção somente ao IFRS, uma vez que até a data da publicação dessas demonstrações, algumas das normas novas ou revisadas ainda não haviam sido objeto de publicação por parte do CPC.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

q) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A Fundação está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controladora conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Fundação não é elegível para aplicação do IFRS 19.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.

q) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

• Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.

• Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.

• Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI) As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Fundação não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

q) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Fundação.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos.
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Fundação não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

r) Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que a Fundação haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar, conforme estabelecido na ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida às despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Fundação realizou reuniões com a participação de seu corpo de diretores e conselheiros, o qual seria equivalente ao valor justo total de R\$23 em 2025 e 2024.

s) Apresentação das informações por segmentos operacionais

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada de decisões estratégicas da Fundação, tendo como suporte: Conselho Superior, Conselho Fiscal, Conselho de Assessoria em Administração e Finanças e Conselho Consultivo.

Unidade educacional - PUC-SP e Centro Universitário Assunção (ASSUNÇÃO)

Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se os cursos de graduação, pós-graduação, especialização e extensão universitária, os diversos núcleos de pesquisa, a participação no desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas, os programas e projetos sociais e o atendimento clínico e hospitalar.

Unidade hospitalar - HSL

Além das tradicionais atividades de atenção à saúde, o HSL atua como campo de estágio nas áreas de medicina e enfermagem e possui o mérito de ser o único hospital da cidade de Sorocaba-SP a possuir em seu corpo clínico todos os membros do corpo acadêmico da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

	2025	2024
Recursos não vinculados - Caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e bancos	3.168	4.349
Aplicações financeiras (i)	21.971	58.703
	25.139	63.052
Recursos vinculados:		
Aplicações financeiras (ii)	5.035	9.124
	5.035	9.124

(i) Referem-se a aplicações financeiras compromissadas, de alta liquidez e que podem ser prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, não sendo vinculadas a operações de risco e são remuneradas a taxas que variam entre 94,4% e 101,3% (92% e 102,35% em 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(ii) Recursos vinculados:

Composição dos recursos vinculados

	2025	2024
(a) Convênio SUS PA 5001/2024	373	6.568
(b) Emenda Cirurgias Eletivas - 3ª e 4ª Etapas - PA 2024.12004	303	1.041
(c) Convênio PA 2023/5009	9	280
(d) Emenda Simone Marquette - Convênio nº 001037/2025	186	-
(e) Convênio 336/2020 (Emenda Danilo Balas)	-	239
(f) Emendas Unificadas - Custeio de Serviços	2.995	-
(g) Emenda Danilo Ballas - 2023.005.51810	252	-
(h) Emenda Marina Helou - Convênio nº 001273/2025	101	-
(i) Emenda Deputado Carlos Cezar - Convênio 2745/2024	215	200
(j) Emenda Cirurgias Eletivas - 2ª Etapa - PA 17066/2023	90	133
(k) Emenda Cirurgias Eletivas de Urologia - PA 10471/2024	52	100
(l) Emenda Vereadora Iara Bernardi - PA 18904/2023	-	100
(m) Emenda Maria Lucia Amary - Convênio 557/2024	57	52
Outros projetos	402	411
Total	5.035	9.124

(a) Convênio PA 5001/2024: Prestação de serviços de saúde ambulatoriais e hospitalares nas áreas de Clínica Cirúrgica, Clínica Médica, Pediatria, Internações Obstétricas, Cardiologia, UTI Adulto e UTI Neonatal, conforme descrito no Plano Operativo Assistencial. (b) Emenda Cirurgias Eletivas (3ª e 4ª Etapas): Ampliação da prestação de serviços de saúde na área de cirurgia Geral (colecistectomia, fechamento de colostomia, hérnia geral e de hiato), Cirurgias Urológicas (Lico Laser) e Cirurgias Ginecológicas (histerectomia abdominal/vaginal).

(c) Convênio PA 2023/5009: Utilização do recurso financeiro advindo da PORTARIA GM/MS Nº 443, de 3 de abril de 2023 para aquisição de equipamentos e móveis, climatização das Unidades de Terapia Intensiva (equipamentos, insumos e mão-de-obra) e locação mensal de gerador.

(d) Emenda Simone Marquette: Fortalecimento das ações e serviços de assistência à saúde aos usuários do SUS na região da DRS XVI Sorocaba, por meio da transferência de recursos financeiros destinados ao custeio de serviços, conforme Plano de Trabalho.

(e) Convênio 336/2020 (Emenda Danilo Balas): Visa promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região de Sorocaba, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio - Prestação de Serviços.

(f) Emendas Unificadas - Custeio de Serviços: No âmbito do Termo de Convênio firmado, a instituição conveniada compromete-se a custear serviços hospitalares essenciais, compreendendo alimentação hospitalar, plantões médicos no Pronto Atendimento Obstétrico e na UTI Adulto, bem como a realização de três procedimentos de ureterolitotripsia durante a vigência da parceria, conforme Plano de Trabalho aprovado, integrando as ações ao Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal.

(g) Emenda Danilo Ballas: O Convênio tem por objeto a conjugação de esforços para o fortalecimento das ações e serviços de assistência à saúde aos usuários do SUS na região do DRS-XVI Sorocaba, mediante transferência de recursos financeiros destinados a despesas de custeio, conforme Plano de Trabalho aprovado.

(h) Emenda Marina Helou: Promoção do fortalecimento das ações e serviços de assistência à saúde aos usuários do SUS na região da DRS XVI Sorocaba, por meio da transferência de recursos financeiros destinados a investimentos em equipamentos, conforme Plano de Trabalho

(i) Emenda Deputado Calor Cezar: Troca de Pisos do Pavimento Térreo (no qual hoje se encontra instalada a Ala de Cardiologia do Hospital Santa Lucinda - Referência Regional Cardiológica) e do Centro Cirúrgico (onde diariamente são realizados partos e cirurgias eletivas/urgências) a fim de trazer maior segurança (mobilidade/risco de infecção) aos pacientes que utilizam dos serviços do Sistema único de Saúde.

(j) Emenda Cirurgias Eletivas 2ª etapa: Ampliar o número de atendimentos cirúrgicos através da assinatura do termo de Convênio para execução de serviços de saúde na área de Cirurgia Geral, Urologia, Ginecologia e Otorrinolaringologia

(k) Emenda Cirurgias Eletivas de urologia: Custear 10 cirurgias na especialidade de Urologia (Cirurgias de Ureterolitotripsia Transureteroscópica Lico Laser flexível)

(l) Emenda Vereadora Iara Bernardi: Ampliação da prestação de serviços de saúde na área de Cirurgia Ginecológica

(m) Emenda Maria Lucia Amary: Aquisição de equipamentos para melhor atender o público alvo através da assinatura do termo de convênio para execução de serviços de saúde da obstetria e da cardiologia do Hospital Santa Lucinda.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

5. Contas a receber de alunos e hospital

Descrição	2025	2024
Contas a receber da unidade educacional:		
Contas a receber de graduação e pós-graduação <i>stricto sensu</i>	31.572	30.357
Contas a receber de pós-graduação <i>lato sensu</i> e extensão	2.863	3.017
Cheques devolvidos	41	41
Negociações de débito	14.371	15.330
Subtotal	48.847	48.745
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(35.063)	(32.953)
	13.784	15.792
Contas a receber da unidade hospitalar:		
SUS	30.192	23.207
Convênio Particular	8.072	6.991
	724	976
Subtotal	38.988	31.174
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(4.730)	(4.472)
	34.258	26.702
Total	48.042	42.494
Classificadas como:		
Circulante	47.512	41.799
Não circulante	530	695

Dos valores apresentados na tabela acima, a Fundação possui débitos ajuizados, bem como débitos com levantamento judicial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Descrição	2025			2024		
	Contas a receber de alunos	Perdas estimadas	Líquido 2025	Contas a receber de alunos	Perdas estimadas	Líquido 2024
Débitos de serviços - Ajuizados (a)						
- Núcleo de cobrança FUNDASP	15.504	(14.180)	1.324	13.145	(11.583)	1.562
	15.504	(14.180)	1.324	13.145	(11.583)	1.562
Débitos de serviços - Levantamento judicial (b)						
- Núcleo de cobrança FUNDASP	815	(696)	119	1.538	(1.310)	228
	815	(696)	119	1.538	(1.310)	228
Total débitos ajuizados e levantamento judicial	16.319	(14.876)	1.443	14.683	(12.893)	1.790

(a) Débitos ajuizados

A FUNDASP entrou com ações na Justiça para cobrança dos débitos que tem obrigação certa, líquida e exigível. O que pode ser feito a partir do vencimento da dívida. O devedor é notificado sobre o processo, em seguida é aberto um prazo para o pagamento da dívida ou a indicação de bens como garantia.

(b) Levantamento judicial

Os valores apresentados em levantamento judicial, são utilizadas quando há depósito e/ou bloqueio judicial aguardando levantamento de valores. Enquanto o valor não é creditado pelo Tribunal de Justiça na conta corrente da Fundasp, o processo fica nas contas caixas "RJ - Repasse Judicial". As Contas caixas, são códigos de controles vinculados aos títulos que permitem a FUNDASP realizar a identificação e controle dos status de cobrança.

5.1. Composição por vencimento - unidade educacional

A Fundação utiliza a matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de alunos. As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa probabilidade.

A tabela a seguir demonstra a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de alunos em 31 de dezembro de 2025:

31 de dezembro de 2025	Saldo contábil bruto	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
A vencer	8.228	31,55%	(2.596)
Vencidos			
De 1 a 30 dias	3.016	10,84%	(327)
De 31 a 60 dias	1.783	23,22%	(414)
De 61 a 90 dias	1.206	22,89%	(276)
De 91 a 120 dias	1.386	50,87%	(705)
De 121 a 150 dias	594	38,72%	(230)
De 151 a 180 dias	245	59,18%	(145)
De 181 a 210 dias	814	67,20%	(547)
De 211 a 240 dias	844	71,33%	(602)
De 241 a 270 dias	789	76,43%	(603)
De 271 a 300 dias	382	84,03%	(321)
De 301 a 330 dias	651	81,26%	(529)
De 331 a 360 dias	247	77,73%	(192)
Mais de 360 dias	28.662	96,21%	(27.576)
	48.847	71,78%	(35.063)

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos três anos.

5.2. Composição por vencimento - unidade hospitalar

A Fundação utiliza a matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de convênios. Para o contas a receber de SUS, não são calculados provisão para perdas devido ao histórico de recuperação, inclusive dos saldos vencidos a mais de 360 dias.

31 de dezembro de 2025	Saldo contábil bruto	Taxa média ponderada de perda estimada	Provisão para perda esperada
A vencer	5.061	3,66%	(185)
Vencidos			
De 1 a 30 dias	6.960	0,36%	(25)
De 31 a 60 dias	5.600	0,14%	(8)
De 61 a 90 dias	1.361	0,51%	(7)
De 91 a 120 dias	6.703	0,22%	(15)
De 121 a 150 dias	5.495	0,15%	(8)
De 151 a 180 dias	88	10,23%	(9)
De 181 a 210 dias	58	13,79%	(8)
De 211 a 240 dias	266	4,89%	(13)
De 241 a 270 dias	379	10,03%	(38)
De 271 a 300 dias	659	10,02%	(66)
De 301 a 330 dias	29	10,34%	(3)
De 331 a 360 dias	278	1,44%	(4)
Mais de 360 dias	6.051	71,74%	(4.341)
	38.988	12,13%	(4.730)

A movimentação de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa no exercício de 2025 e 2024 está demonstrada a seguir:

Descrição	2024 Baixa	Constituição	Reversão	2025
Educacional:				
Contas a receber mensalidades	(16.591)	-	(464)	- (17.055)
Cheques devolvidos	(41)	-	-	- (41)
Negociações de débitos	(10.558)	-	-	263 (10.295)
FGEDUC	(5.763)	-	(1.909)	- (7.672)
	(32.953)	-	(2.373)	263 (35.063)
Hospitalar:				
Créditos hospitalares	(4.472)	-	(258)	- (4.730)
	(37.425)	-	(2.631)	263 (39.793)
Descrição	2023 Baixa	Constituição	Reversão	2024
Educacional:				
Contas a receber mensalidades	(15.443)	-	(1.148)	- (16.591)
Cheques devolvidos	(48)	-	-	7 (41)
Notas promissórias	(3)	-	-	3 -
Negociações de débitos	(8.882)	-	(1.676)	- (10.558)
FGEDUC	(2.962)	-	(2.801)	- (5.763)
Cartão de crédito	(4)	-	-	4 -
	(27.342)	-	(5.625)	14 (32.953)
Hospitalar:				
Créditos hospitalares	(5.030)	-	-	558 (4.472)
	(32.372)	-	(5.625)	572 (37.425)

6. Bolsas restituíveis

Descrição	2025			2024		
	Contas a receber	Provisão para perda esperada	Líquido	Contas a receber	Provisão para perda esperada	Líquido
Bolsas restituíveis	4.428	(1.595)	2.833	4.024	(1.417)	2.607
Bolsas restituíveis referem-se às bolsas concedidas a alunos ativos que assumiram o compromisso de devolução das mensalidades financiadas com a Fundação no prazo médio de cinco anos, iniciado um ano após sua conclusão de curso. Os pagamentos serão exigidos com base no valor das mensalidades vigentes na época da liquidação das obrigações. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3 m (i), o ajuste para as perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito da carteira de recebíveis da Fundação.						
A movimentação de ajuste para créditos de liquidação duvidosa das bolsas restituíveis no exercício de 2025 e 2024 está demonstrada a seguir:						
Descrição	2024 Baixa	Constituição	2025			
Bolsas restituíveis	(1.417)	-	(178)	(1.595)		
Descrição	2023 Baixa	Constituição	2024			
Bolsas restituíveis	(1.592)	175	- (1.417)			

7. Outros ativos

	2025	2024
Convênios e créditos a receber	2.343	882
Títulos a compensar	1.555	1.904
Despesas antecipadas	1.185	1.141
Adiantamentos a funcionários	2.515	1.890
Adiantamentos a outras empresas	143	313
Outros valores a receber	557	1.320
Total	8.298	7.450
Circulante	8.219	7.259
Não circulante	79	191



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

8. Aplicações financeiras em garantia de empréstimos e restrições de uso

Em 2025 a Fundação possuiu R\$87.503 (R\$37.187 em 2024) em aplicações em garantia de empréstimo e com restrição de uso, segregados conforme segue:

8.1. Garantia de empréstimos

Referem-se as aplicações financeiras vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos como parte das garantias apresentadas às instituições financeiras.

Instituição financeira	Empréstimo Contrato	Tipo Aplicação	Garantia	
			2025	2024
Banco Bradesco S.A.	5933796	CDB	817	4.000
Banco Santander S.A.	300000017440	FUNDO DI	1.697	3.678
Banco Santander S.A.	300000022860	CDB/FUNDO DI	20.437	5.631
Banco Safra S.A.	6520573	CDB	3.480	4.467
Banco do Brasil S.A.	332702950	FUNDO DI	19.472	19.411
Total			45.903	37.187

8.2. Restrições de uso

As aplicações financeiras com restrição de uso referem-se a recursos provenientes da alienação de CEPAC - Certificados de Potencial Adicional de Construção, instrumentos urbanísticos cuja utilização é legalmente vinculada às finalidades estabelecidas na legislação da respectiva operação urbana consorciada.

Em razão dessa vinculação, os valores auferidos com a venda dos CEPAC não estão disponíveis para livre utilização pela Entidade, estando condicionados à aprovação prévia do Poder Público competente e à observância estrita da destinação legal definida, não sendo permitida sua aplicação em despesas operacionais ou finalidades diversas.

Do ponto de vista contábil, tais recursos são classificados como ativos com restrição de uso, em conformidade com a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, uma vez que, embora reconhecidos como ativos, possuem limitação legal quanto à sua utilização. Os rendimentos financeiros auferidos seguem a mesma restrição.

Enquanto não autorizada sua utilização, os recursos permanecem segregados e aplicados financeiramente, sendo apresentados de forma destacada nas demonstrações contábeis, com divulgação adequada em notas explicativas. Em 2025, a Fundação possuía R\$41.600 em aplicação com restrição de uso.

9. Precatórios a receber

Os precatórios a receber referem-se a créditos reconhecidos judicialmente em favor da Fundação São Paulo, decorrentes de decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), tendo como ente devedor o Município de Sorocaba, relacionados a valores não repassados no âmbito da prestação de serviços de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 17 de janeiro de 2025, foi expedido precatório sob o nº de ordem 2/2026, no montante de R\$15.986, conforme requisição formalizada pela Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos (DEPRE/TJSP). Adicionalmente, foi processado precatório sob o nº de ordem 5/2026, no valor de R\$882, igualmente de responsabilidade do Município de Sorocaba.

Os valores reconhecidos têm como base laudo pericial judicial, que apurou a existência, legitimidade e extensão dos créditos da Fundação, decorrentes de repasses não efetuados pelo ente público devedor, devidamente suportados por documentação contratual e fiscal.

Do ponto de vista contábil, os precatórios são reconhecidos como ativos, uma vez que representam direitos creditórios formalmente constituídos por decisão judicial. O recebimento dos valores está sujeito à ordem cronológica constitucional de pagamento e à disponibilidade orçamentária do ente devedor, não sendo possível determinar, na data-base das demonstrações financeiras, o momento exato de sua liquidação financeira.

A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade desses créditos e acompanha a evolução dos processos judiciais, entendendo que não há incerteza relevante quanto à existência do direito, permanecendo apenas a incerteza quanto ao prazo de realização.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de precatório a receber, decorrente de valores não repassados pela Prefeitura do Município de Sorocaba e devidamente atualizado até a data-base das demonstrações financeiras, totaliza R\$ 18.566.

10. Créditos de certificado de potencial adicional de construção

Em 12 de setembro de 2017, a Fundação obteve Declaração de Potencial Construtivo Passível de transferência, SMDUL/DEUSO 0148/17, conforme publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. A Diretora do DEUSO da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), nos termos do que dispõem os arts. 122 a 133 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, e o artigo 24 da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, com base nas informações disponibilizadas no PA nº 2016-0.128.881-2, declarou que o imóvel situado à Rua Marques de Paranaguá, nº 111, Distrito da Consolação, São Paulo/SP, registrado no 5º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, Matrícula nº 8.647, inscrito no cadastro municipal sob o SQL 010.014.0323-1 e tombado pelo Conpresp através da Resolução nº 12/2015, dispõe de 4.465,92 m² (quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco metros e noventa e dois decímetros quadrados) de potencial construtivo passível de transferência, originado sem a doação de terreno.

Cada CEPAC equivale a determinado valor de metro quadrado para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto. Esse valor mobiliário é um título ao portador que pode ser comercializado no chamado "mercado secundário". Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo do direito remanescente está reconhecido no ativo no valor de R\$5.695 e R\$5.695, respectivamente.

11. Investimento (Associação Cultural São Paulo)

A Fundação São Paulo possui 1.269 cotas da Associação Cultural São Paulo, sendo: 791 subscritos; 17 adquiridos e 461 doados. Estas cotas correspondem a 63,96% do Patrimônio social da Associação. As cotas estão sendo apresentadas pelo custo histórico.

12. Imobilizado

12.1. Composição do saldo

Descrição	2025		2024	
	Custo	Depreciação	Custo líquido	Custo líquido
Terrenos	154.426	-	154.426	154.426
Edificações	123.318	(56.131)	67.187	70.737
Máquinas e equipamentos	32.713	(23.848)	8.865	8.293
Móveis e utensílios	13.770	(11.778)	1.992	1.946
Equipamentos de informática	25.901	(23.686)	2.215	1.951
Ferramentas	122	(50)	72	39
Biblioteca	4.933	(4.693)	240	280
Instalações	10.882	(8.303)	2.579	1.242
Benfeitorias em imóveis próprios	41.090	(11.516)	29.574	24.781
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.329	(3.329)	-	-
Equipamentos hospitalares	4.329	(2.749)	1.580	803
Imobilizado em arrendamento	3.942	(3.883)	59	59
Instrumentos cirúrgicos	464	(231)	233	267
Veículos em uso	1.239	(439)	800	899
Enxoval hospitalar	851	(851)	-	-
Imobilizações em andamento	315	-	315	317
Total	421.624	(151.487)	270.137	266.040

12.2. Movimentação dos custos e das depreciações acumuladas

	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Custo				
Terrenos	154.426	-	-	154.426
Edificações	123.318	-	-	123.318
Máquinas e equipamentos	30.694	2.019	-	32.713
Móveis e utensílios	13.332	438	-	13.770
Equipamentos de informática	25.086	815	-	25.901
Ferramentas	81	41	-	122
Biblioteca	4.895	38	-	4.933
Instalações	8.994	1.888	-	10.882
Benfeitorias em imóveis próprios	34.797	6.293	-	41.090
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.329	-	-	3.329
Equipamentos hospitalares	3.350	979	-	4.329
Imobilizado em arrendamento	3.942	-	-	3.942
Instrumentos cirúrgicos	464	-	-	464
Veículos em uso	1.227	201	(189)	1.239
Enxoval hospitalar	851	-	-	851
Imobilizações em andamento	317	-	(2)	315
Total	409.103	12.712	(191)	421.624

	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Custo				
Terrenos	154.426	-	-	154.426
Edificações	123.318	-	-	123.318
Máquinas e equipamentos	27.663	3.031	-	30.694
Móveis e utensílios	12.916	416	-	13.332
Equipamentos de informática	24.717	369	-	25.086
Ferramentas	72	9	-	81
Biblioteca	4.870	25	-	4.895
Instalações	8.876	118	-	8.994
Benfeitorias em imóveis próprios	31.312	3.485	-	34.797
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.329	-	-	3.329
Equipamentos hospitalares	3.314	36	-	3.350
Imobilizado em arrendamento	3.942	-	-	3.942
Instrumentos cirúrgicos	464	-	-	464
Veículos em uso	1.191	388	(352)	1.227
Enxoval hospitalar	851	-	-	851
Imobilizações em andamento	322	-	(5)	317
Total	401.583	7.877	(357)	409.103

	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Depreciação				
Edificações	(52.581)	(3.550)	-	(56.131)
Máquinas e equipamentos	(22.401)	(1.447)	-	(23.848)
Móveis e utensílios	(11.386)	(392)	-	(11.778)
Equipamentos de informática	(23.135)	(551)	-	(23.686)
Ferramentas	(42)	(8)	-	(50)
Biblioteca	(4.615)	(78)	-	(4.693)
Instalações	(7.752)	(551)	-	(8.303)
Benfeitorias em imóveis próprios	(10.016)	(1.500)	-	(11.516)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(3.329)	-	-	(3.329)
Equipamentos hospitalares	(2.547)	(203)	1	(2.749)
Imobilizado em arrendamento	(3.883)	-	-	(3.883)
Instrumentos cirúrgicos	(197)	(34)	-	(231)
Veículos em uso	(328)	(111)	-	(439)
Enxoval hospitalar	(851)	-	-	(851)
Total	(143.063)	(8.425)	1	(151.487)
Total líquido	266.040	4.287	(190)	270.137



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2023 Adições Baixas 31/12/2024			
Depreciação	(49.032)	(3.549)	-	(52.581)
Edificações	(21.182)	(1.219)	-	(22.401)
Máquinas e equipamentos	(11.019)	(367)	-	(11.386)
Móveis e utensílios	(22.404)	(731)	-	(23.135)
Equipamentos de informática	(36)	(6)	-	(42)
Ferramentas	(4.519)	(96)	-	(4.615)
Biblioteca	(7.275)	(477)	-	(7.752)
Instalações	(8.715)	(1.301)	-	(10.016)
Benfeitorias em imóveis próprios	(3.329)	-	-	(3.329)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(2.352)	(195)	-	(2.547)
Equipamentos hospitalares	(3.883)	-	-	(3.883)
Imobilizado em arrendamento	(128)	(69)	-	(197)
Instrumentos cirúrgicos	(447)	(104)	223	(328)
Veículos em uso	(850)	(1)	-	(851)
Enxoval hospitalar	(135.171)	(8.115)	223	(143.063)
Total	266.412	(238)	(134)	266.040

12.3. Garantias

Partes dos terrenos e suas edificações encontram-se vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos como parte das garantias apresentadas às instituições financeiras. Valores em garantia (Imóvel matrícula 11.070 - R\$126.363, imóvel matrícula 168.151 - R\$49.760, imóvel matrícula 171.670 - R\$54.290).

13. Intangível

Movimentação dos custos e das amortizações acumuladas

	2024		2025	
	Saldo inicial	Adições/ Baixas	Saldo inicial	Saldo final
Custo				
Direito de uso	2.863	-	2.863	
Softwares	6.217	-	6.217	
Sistemas aplicativos	3.061	-	3.061	
Marcas e patentes	38	-	38	
Marca UNIFAI - Centro Universitário Assunção	20.000	(20.000)	-	
Goodwill - Incorporação Centro Universitário Assunção	32.550	-	32.550	
Total	64.729	(20.000)	44.729	

Amortizações

Direito de uso	(2.857)	(6)	(2.863)
Softwares	(6.216)	-	(6.216)
Sistemas aplicativos	(3.061)	-	(3.061)
Total	(12.134)	(6)	(12.140)
Intangível líquido	52.595	(20.006)	32.589

	2023		2024	
	Saldo inicial	Adições/ Baixas	Saldo inicial	Saldo final

Custo				
Direito de uso	2.863	-	2.863	
Softwares	6.217	-	6.217	
Sistemas aplicativos	3.061	-	3.061	
Marcas e patentes	38	-	38	
Marca UNIFAI - Centro Universitário Assunção	20.000	-	20.000	
Goodwill - Incorporação Centro Universitário Assunção	32.550	-	32.550	
Total	64.729	-	64.729	
Amortizações				
Direito de uso	(2.834)	(23)	(2.857)	
Softwares	(6.210)	(6)	(6.216)	
Sistemas aplicativos	(3.061)	-	(3.061)	
Total	(12.105)	(29)	(12.134)	
Intangível líquido	52.624	(29)	52.595	

14. Propriedades para investimentos

Saldo de 31 de dezembro de 2023	143.055
Ganho decorrente da avaliação do valor justo (a) - nota 31	6.149
Saldo de 31 de dezembro de 2024	149.204
Ganho decorrente da avaliação do valor justo (a) - nota 31	6.902
Saldo de 31 de dezembro de 2025	156.106

(a) Refere-se a variações positivas e/ou negativas dos valores justos dos terrenos e do edifício, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	Adições/ Atualização			
	2024	(baixas)	valor justo	2025
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 961	12.328	-	490	12.818
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 971	14.885	-	592	15.477
Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 986	12.481	-	593	13.074
Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 990	18.722	-	890	19.612
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 1.083	67.052	-	3.353	70.405
Prédio - Rua Monte Alegre, nº 1.083	11.707	-	459	12.166
Apartamento Imaculada Conceição, 121 - apto. 71	814	-	52	866
Apartamento Av. São João, 1619 - apto. 21	222	-	25	247
Apartamento Rua Dr. Cesário Mota Jr., 185 - apto. 63	418	-	27	445
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 977	10.575	-	421	10.996
Total	149.204	-	6.902	156.106

Descrição	Adições/ Atualização			
	2023	(baixas)	valor justo	2024
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 961	11.830	-	498	12.328
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 971	14.284	-	601	14.885
Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 986	12.017	-	464	12.481
Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 990	18.026	-	696	18.722
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 1.083	64.096	-	2.956	67.052
Prédio - Rua Monte Alegre, nº 1.083	11.267	-	440	11.707
Apartamento Imaculada Conceição, 121 - apto. 71	779	-	35	814
Apartamento Av. São João, 1619 - apto. 21	211	-	11	222
Apartamento Rua Dr. Cesário Mota Jr., 185 - apto. 63	397	-	21	418
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 977	10.148	-	427	10.575
Total	143.055	-	6.149	149.204

Valor justo das propriedades para investimento

A Fundação adota o método de valor justo para melhor refletir o seu negócio e por entender que é a melhor informação para análise de mercado.

O valor justo dos terrenos e da edificação mencionados acima está suportado por laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes.

A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual.

15. Direito de uso

A Fundação apresenta os seguintes ativos de direito de uso e passivos de arrendamento:

a) **Movimentação do ativo com direito de uso de bens**

Total de direito de uso de bens em 31/12/2023 (arrendamento imóveis)	11.110
Adição (equipamentos de informática)	9.300
Remensuração	500
Baixa arrendamento imóveis	(1.626)
Depreciação imóveis	(1.862)
Depreciação equipamentos informática	(1.338)
Total de direito de uso de bens em 31/12/2024 (imóveis e equipamentos de informática)	16.084
Adição (imóveis)	953
Remensuração	(25)
Baixa arrendamento imóveis	(2.626)
Depreciação imóveis	(1.490)
Depreciação equipamentos informática	(1.338)
Total de direito de uso de bens em 31/12/2025 (imóveis e equipamentos de informática)	11.558



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

b) Movimentação do passivo de arrendamento

Total do passivo de arrendamento em 31/12/2023 (arrendamento imóveis)	14.461
Adição (equipamentos de informática)	9.300
Remensuração	500
Contraprestação - curto prazo	(4.581)
Juros pagos sobre arrendamento imóveis	(633)
Juros pagos sobre arrendamento equipamentos de informática	(647)
Total do passivo de arrendamento em 31/12/2024 (imóveis e equipamentos de informática)	18.400
Adição (imóveis)	953
Remensuração	(25)
Baixa arrendamento imóveis	(2.626)
Amortização arrendamento	(1.354)
Juros pagos sobre arrendamento imóveis	(1.249)
Juros pagos sobre arrendamento equipamentos de informática	(496)
Total do passivo de arrendamento em 31/12/2025 (imóveis e equipamentos de informática)	13.603
Circulante	3.549
Não circulante	10.054
Pagamento estimado em 2026	3.549
Pagamento estimado em 2027	2.993
Pagamento estimado em 2028	1.355
Pagamento estimado em 2029	741
Pagamento estimado em 2030	765
Pagamento estimado em 2031	865
Pagamento estimado em 2032	978
Pagamento estimado em 2033	1.106
Pagamento estimado em 2034	1.251
	<u>13.603</u>

16. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Natureza	Taxa de juros	2025	2024
Banco do Brasil S.A.	Capital de giro	3,53% a.a. + 100% CDI	98.675	115.431
Banco Bradesco S.A.	Capital de giro	3,04 a 3,7% a.a. + 100% CDI	4.650	24.512
Banco Santander S.A.	Capital de giro	2,92 a 3,66% a.a. + 100% CDI	60.244	29.971
Banco Safra S.A.	Capital de giro	3,04% a.a. + 100% CDI	6.029	12.050
Total			169.598	181.964
Passivo circulante			54.600	52.835
Passivo não circulante			114.998	129.129

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Instituição	Modalidade	2024	Amortização de			2025
			Captações	principal e juros	Encargos	
Bradesco	Capital de giro	24.512	-	(22.233)	2.371	4.650
Santander	Capital de giro	29.971	39.988	(17.936)	8.221	60.244
Safra	Capital de giro	12.050	-	(7.504)	1.483	6.029
Banco do Brasil	Capital de giro	115.431	-	(35.561)	18.805	98.675
Total geral		181.964	39.988	(83.234)	30.880	169.598

Instituição	Modalidade	2023	Amortização de			2024
			Captações	principal e juros	Encargos	
Bradesco	Capital de giro	44.377	-	(24.592)	4.727	24.512
Santander	Capital de giro	32.646	4.994	(11.914)	4.245	29.971
Safra	Capital de giro	15.068	-	(4.970)	1.952	12.050
Banco do Brasil	Capital de giro	112.782	115.363	(128.154)	15.440	115.431
Total geral		204.873	120.357	(169.630)	26.364	181.964

16.1. Composição das parcelas de longo prazo

Instituição financeira	2027	2028	2029	2030	Total
Banco Santander S.A.	14.570	14.570	11.023	5.041	45.204
Banco do Brasil S.A.	28.880	28.880	12.034	-	69.794
Total	43.450	43.450	23.057	5.041	114.998

16.2. Garantias

As principais garantias oferecidas para pagamento dos empréstimos citados anteriormente estão descritas nas Notas Explicativas:

- (a) Nota Explicativa nº 8.1: Aplicações financeiras em garantia de empréstimos;
(b) Nota Explicativa nº 12.3: Garantias (Imobilizado).

16.3. Indicadores financeiros a ser atendidos

Em decorrência da captação dos empréstimos anteriormente mencionados, a Fundação precisa manter índices financeiros relacionados ao EBITDA (sigla em inglês para *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), ajustado conforme condições específicas descritas nos respectivos documentos firmados com as instituições financeiras, conforme a seguir descrito:

- Relação entre dívida financeira líquida e EBITDA Ajustado seja menor ou igual a 3,0.

Em 31 de dezembro de 2025, a Fundação manteve o atendimento aos indicadores anteriormente referidos.

17. Salários, férias e encargos sociais a pagar

	2025	2024
Salários a pagar	17.672	17.191
Férias a pagar e encargos a recolher	18.586	17.486
IRRF sobre folha de pagamento	13.898	13.437
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	3.131	3.156
INSS a recolher	1.634	1.634
Outras obrigações com pessoal	3.242	1.447
Total	58.163	54.351

18. Tributos parcelados

	2025	2024
REFIS federal (b)	100.767	101.752
FGTS parcelado (a)	6.938	10.601
PERT (d)	257	296
TDM Municipal (e)	57	-
PPI Municipal (c)	-	821
Total	108.019	113.470
Circulante	7.864	8.557
Não circulante	100.155	104.913

a) FGTS parcelado

Em 30 de março de 2000, a Fundação formalizou com a Caixa Econômica Federal um Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento para os débitos de FGTS (atinentes ao depósito mensal de 8% da remuneração paga no mês anterior a cada trabalhador), englobando débitos de agosto de 1986 a fevereiro de 2000, em 180 parcelas. Esse débito fora objeto de parcelamento, pela assinatura de novo Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, em 9 de novembro de 2007, englobando débitos de outubro de 1988 a fevereiro de 2000, em 240 parcelas. Em 31 de dezembro de 2025, restavam 23 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

	2025	2024
Pagamento estimado em 2025	-	3.635
Pagamento estimado em 2026	3.619	3.635
Pagamento estimado em 2027	3.319	3.331
Total	6.938	10.601

A Fundação encontra-se adimplente com o parcelamento assumido com a Caixa Econômica Federal.

b) REFIS

O Programa de Recuperação Fiscal (REFIS - I) destinou-se a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a impostos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e pelo INSS, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive aqueles decorrentes da falta de recolhimento de valores retidos. A Fundação possui débitos incluídos nesse programa, cuja Lei Instituidora nº 9.964/2000 foi publicada em 11 de abril de 2000, e a adesão da FUNDASP foi efetivada em 29 de abril de 2000.

Conforme previsto na legislação do REFIS-I, a Fundação recolheu mensalmente o valor mínimo correspondente a 0,3% (três décimos por cento) de seu faturamento bruto do mês imediatamente anterior a título de pagamento do parcelamento especial. O saldo devedor é atualizado mensalmente por meio da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Entre janeiro e junho de 2015, o recolhimento passou a ser feito no montante de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) desse faturamento.

Conforme proposta da Receita Federal do Brasil, a partir de julho de 2015, iniciou-se uma nova sistemática de cálculo das parcelas, apuradas da seguinte forma: saldo devedor no mês dividido pela quantidade de meses restantes para se completarem 50 anos, respeitada a parcela mínima de R\$266. Nessa mesma ocasião (agosto/2015), foi recolhida a diferença apurada entre junho de 2014 e junho de 2015, no montante de R\$1.036.

A partir de agosto de 2016, por força do atual cenário econômico brasileiro, com constantes elevações da Taxa de Juros de Longo Prazo (adotada nesse parcelamento) aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, ficou definido que, quando o cálculo acima resultar em parcela com valor menor do que a TJLP do respectivo mês, a Fundação realizará o pagamento de valor equivalente a R\$3,00 (três reais) acima dos juros lançados na Conta REFIS, para que se configure a efetiva amortização do saldo devedor principal da dívida.

A perspectiva de desembolso financeiro para os próximos exercícios, tomando como base a média de pagamento dos últimos dois exercícios, encontra-se demonstrada a seguir:

	2025	2024
Pagamento estimado em 2025	-	4.043
Pagamento estimado em 2026	4.170	4.043
Pagamento estimado em 2027	4.170	4.043
Pagamento estimado em 2028	4.170	4.043
Pagamento estimado em 2029	4.170	4.043
Pagamento estimado em 2030	4.170	4.043
Pagamento estimado após 2030	79.917	77.494
Total	100.767	101.752

Todas as exigências previstas na legislação do REFIS-I para manutenção desse parcelamento especial estão sendo cumpridas pela Fundação.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

c) PPI Municipal

A Fundação aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) da Prefeitura do Município de São Paulo em dezembro de 2015, para pagamento de IPTU relativo aos exercícios de 1991, 1994, 1995 e 1998, Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos dos exercícios de 2011, 2012 e 2013 e Multa de Postura Municipal referente ao exercício de 2014, em que o saldo foi dividido em 120 parcelas corrigidas mensalmente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), este PPI foi liquidado em novembro de 2025.

Pagamento estimado em 2025	2025	2024
Total	—	821
	—	821

d) PERT

PERT/RFB - Demais débitos: Em novembro de 2017 a Fundação São Paulo aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) na modalidade "demais débitos" administrados pela Receita Federal. O parcelamento foi formalizado em 150 parcelas, englobando débitos de imposto de renda retido na fonte incidentes sobre o pagamento a beneficiários não identificados (código de receita 5217), rendimentos do trabalho sem vínculo empregatício (código de receita 0588) e sobre rendimentos do trabalho assalariado (código de receita 0561), os quais foram declarados em DCTF no segundo, terceiro e quarto trimestre de 1998, bem como débitos oriundos de processos administrativos de declarações de compensação não homologadas, decorrentes de pagamento a maior de imposto de renda retido na fonte sobre rendimento do trabalho assalariado (código de receita 0561) nos exercícios de 2008 e 2009.

Em 31 de dezembro de 2025, restavam 49 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

Pagamento estimado em 2025	2025	2024
Pagamento estimado em 2026	63	58
Pagamento estimado em 2027	63	58
Pagamento estimado em 2028	63	58
Pagamento estimado em 2029	63	58
Pagamento estimado após 2029	5	6
Total	257	296

e) TDM

A Fundação aderiu ao Programa Municipal de Transação de Débitos - TDM "Fique em Dia" da Prefeitura do Município de São Paulo em novembro de 2025, para pagamento de multa imposta pelo PSIU - Programa de Silêncio Urbano da PMSU, em que o saldo foi dividido em 60 parcelas corrigidas mensalmente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). Em 31 de dezembro de 2025 restavam 58 parcelas.

Pagamento estimado em 2026	2025	2024
Pagamento estimado em 2027	12	—
Pagamento estimado em 2028	12	—
Pagamento estimado em 2029	12	—
Pagamento estimado em 2030	9	—
Total	57	—

19. Mensalidades antecipadas

Mensalidades antecipadas	2025	2024
Outras receitas antecipadas	25.136	19.910
Total	2.605	3.190
	27.741	23.100

Nesta rubrica, são registrados os valores dos planos de pagamento do curso em prazo inferior à sua duração, somados às antecipações de matrículas para cursos que se iniciam no ano seguinte daqueles alunos que escolheram pagar o curso em tempo inferior ao de sua duração.

20. Processos judiciais a pagar

Processos trabalhistas a pagar (*)	2025	2024
Processos cíveis a pagar	4.182	4.760
Depósitos caucionados	41	506
Total	78	78
	4.301	5.344
Classificado como:		
Circulante	4.223	5.266
Não circulante	78	78

20.1. Movimentação

Processos trabalhistas a pagar	2024	Adições	Pagamentos	2025
Processos cíveis a pagar	4.760	7.520	(8.098)	4.182
Depósitos caucionados	506	1.091	(1.556)	41
Total	78	—	—	78
	5.344	8.611	(9.654)	4.301
	2023	Adições	Pagamentos	2024
Processos trabalhistas a pagar	6.505	5.267	(7.012)	4.760
Processos cíveis a pagar	—	2.017	(1.511)	506
Depósitos caucionados	78	—	—	78
Total	6.583	7.284	(8.523)	5.344

21. Outras contas a pagar

Aluguéis antecipados (a)	2025	2024
Recursos de projetos em execução (b)	1.000	3.106
Mensalidades a restituir	5.413	2.502
Valores a repassar	917	166
Contratos de permuta	340	641
Outros valores a pagar	52	73
Total	2.198	1.995
	9.920	8.483
Classificado como:		
Circulante	8.920	5.377
Não circulante	1.000	3.106

(a) Recursos recebidos de forma antecipadas, referente locação de espaço físico locados aos Bancos Bradesco e Santander, período de 2023 a 2026.

(b) Esses valores são provenientes da entrada de recursos financeiros e que possuem obrigação condicionada, por isso precisam obrigatoriamente ser confrontados com as despesas.

22. Provisões para riscos judiciais

A Fundação é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e instâncias administrativas, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras.

A Administração, com base em informações transmitidas pelos escritórios terceirizados que prestam serviços advocatícios e patrocinam as ações em que a Fundação é parte, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência advinda de casos semelhantes, constituiu provisão para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	2025			2024	
Descrição	Provisão	Depósitojudicial	Líquido	Líquido	Líquido
Cíveis	3.257	(1)	3.256	862	
Trabalhistas	4.886	(1.983)	2.903	7.798	
Total	8.143	(1.984)	6.159	8.660	

22.1. Movimentação

	2024	Adições	Reversões	Baixa	2025
Cíveis	863	2.394	—	—	3.257
Trabalhistas	9.677	1.710	(6.501)	—	4.886
Subtotal	10.540	4.104	(6.501)	—	8.143
Depósitos judiciais	(1.880)	(174)	70	—	(1.984)
Total	8.660	3.930	(6.431)	—	6.159
	2023	Adições	Reversões	Baixa	2024
Cíveis	1.127	151	(415)	—	863
Trabalhistas	10.131	3.216	(3.670)	—	9.677
Subtotal	11.258	3.367	(4.085)	—	10.540
Depósitos judiciais	(1.362)	(869)	351	—	(1.880)
Total	9.896	2.498	(3.734)	—	8.660

Em 31 de dezembro de 2025, a Fundação era parte em 281 processos judiciais em andamento, na condição de ré, com prognósticos de risco e valores mensuráveis, sendo: 223 ações cíveis, 55 ações trabalhistas e 3 de natureza tributária/fiscal.

22.2. Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2025, a provisão para ações trabalhistas classificadas como de risco de perda provável era de R\$4.866 (R\$9.677 em 2024). Para os referidos processos, a Fundação possui depósitos judiciais constituídos no montante de R\$1.983 (R\$1.879 em 2024).

As reclamações trabalhistas versam, principalmente, sobre casos de pagamento de diferenças salariais, reintegrações, horas extras, indenizações, reposição de dissídios e outros, os quais a Administração julga como normais nas suas atividades. Da composição de 55 processos trabalhistas (52 em 2024) mencionados anteriormente, 26 (28 em 2024) deles foram considerados como de risco de perda provável e 20 como possível (22 em 2024), conforme demonstrados a seguir:

	2025		2024	
Risco de perda	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Provável	26	4.886	28	9.677
Possível	20	6.588	22	5.234
Total	46	11.474	50	14.911

22.3. Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a provisão para ações cíveis classificadas como de risco de perda provável era de R\$3.257 (R\$863 em 2024), considerando o significativo aumento de ações com pedido de auxílio moradia por médica residentes. Para os referidos processos, a Fundação possui depósitos judiciais constituídos no montante de R\$1 (R\$1 em 2024).

As ações de natureza cível, em sua maioria, têm por objeto: realização de matrículas; declaração de inexigibilidade de débitos de mensalidades; indenizações por cobranças indevidas ou inclusão nos órgãos de proteção ao crédito; entre outros. Adicionalmente, as ações em que o HSL, mantido pela FUNDASP, figura como parte versam, principalmente, sobre pedido de indenizações por alegados erros médicos, bem como sobre demandas relacionadas à concessão de auxílio moradia.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Da composição de 223 ações cíveis mencionadas anteriormente, 85 delas foram consideradas como de risco de perda provável (28 em 2024) e 134 como possível (96 em 2024), conforme demonstradas a seguir:

	2025		2024	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Risco de perda				
Provável	85	3.257	28	863
Possível	134	12.059	96	10.134
Total	219	15.316	124	10.997

23. Patrimônio líquido

Em uma eventual extinção da Fundação, o seu patrimônio remanescente será destinado à outra fundação que tenha a mesma finalidade ou semelhante ao dessa Fundação; no caso de recusa, tal destinação será feita à fundação registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ou, ainda, à fundação qualificada como organização da sociedade civil de interesse público, sempre de acordo com a decisão tomada pelo voto da maioria simples dos membros do Conselho Superior (Estatuto Social, artigo 39, § 2º).

a) **Patrimônio social**

O patrimônio social é composto pelos valores de formação da Fundação, valores de doações e subvenções, com o objetivo de destiná-los às atividades objeto da Fundação, complementados pelos superávits e déficits acumulados.

b) **Ajuste de avaliação patrimonial**

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui a reserva de reavaliação realizada em anos anteriores, o ajuste por adoção do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição e a disponibilização de alguns terrenos e edifício para fins de renda e valorização, que foram avaliados e estão demonstrados a valor justo.

Os valores registrados nesta rubrica são reclassificados para patrimônio social, proporcionalmente à depreciação dos ativos a que elas se referem.

24. Receita operacional líquida

A Fundação gera receita principalmente pelas atividades educacionais desenvolvidas, entre outras, nos cursos de graduação, pós-graduação e de educação executiva. Outras receitas incluem cursos customizados, inscrição no vestibular, emissão de carteirinha, diplomas e certificados. Além de receitas dos serviços médico-hospitalares.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	2025	2024
Receita da unidade educacional		
Mensalidades, taxas e inscrições - Graduação	531.836	509.796
Mensalidades, taxas e inscrições - Pós-graduação <i>stricto sensu</i>	139.776	135.123
Mensalidades, taxas e inscrições - Pós-graduação <i>lato sensu</i>	16.860	18.401
Mensalidades, taxas e inscrições - Extensão	4.218	5.044
Mensalidades, taxas e inscrições - Deric	2.456	1.895
Subsídio público	2.405	2.405
Outras receitas	25.439	24.591
	<u>722.990</u>	<u>697.255</u>
Deduções da receita educacional		
Bolsas de estudo filantrópicas	(96.202)	(97.503)
Bolsas de estudo assistenciais	(85.121)	(74.586)
Abatimentos e descontos concedidos sobre mensalidades	(236)	(8)
	<u>(181.559)</u>	<u>(172.097)</u>
Receita operacional líquida - Unidade educacional	<u>541.431</u>	<u>525.158</u>
Assistência médico-hospitalar		
SUS	89.886	76.286
Convênios	14.321	11.117
Particular - PF	4.570	5.114
Outros	610	-
Receita operacional líquida - Unidade hospitalar	<u>109.387</u>	<u>92.517</u>
Receita operacional líquida - Total	<u>650.818</u>	<u>617.675</u>

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC47/IFRS 15
Prestação de serviços educacionais	O cliente obtém o controle das receitas com mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), mensalidades dos cursos de especialização e extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares, no momento da prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.	Vide Nota Explicativa nº 3.c (a)

Prestação de serviços médico-hospitalar

O cliente obtém o controle das receitas com a prestação de serviço e atendimento de pacientes de convênios, SUS, particulares e outras prestações de serviços voltados para a assistência dessas atividades. Os contratos com convênios e operadoras de planos de saúde permitem ao cliente a recusa parcial ou total da fatura (glosa), por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento. Essas perdas são mensuradas pela Fundação com base em históricos recentes e descontadas da receita de prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Vide Nota Explicativa nº 3.c (c)

25. Custos diretos educacionais e hospitalares

	2025	2024
Unidade educacional:		
Custos educacionais - Graduação e pós-graduação	(262.634)	(255.127)
Custos com cursos extracurriculares	(5.114)	(5.857)
Outros custos	(745)	(506)
	<u>(268.493)</u>	<u>(261.490)</u>
Unidade hospitalar:		
Custos - Materiais hospitalares	(22.446)	(20.392)
Custos com serviços hospitalares	(35.558)	(30.642)
	<u>(58.004)</u>	<u>(51.034)</u>
Total	<u>(326.497)</u>	<u>(312.524)</u>

26. Despesas com pessoal

	2025	2024
Salários e ordenados	(108.570)	(103.516)
Férias e 13º salário	(22.310)	(20.429)
FGTS	(10.089)	(9.593)
Assistência médica	(10.918)	(9.772)
Aviso prévio e indenizações	(9.564)	(4.470)
Outras despesas com pessoal	(8.681)	(7.954)
Total	<u>(170.132)</u>	<u>(155.734)</u>

27. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Água, gás, energia elétrica e telecomunicações	(8.217)	(8.664)
Liquidação de processos	(8.611)	(6.511)
Materiais (a)	(9.979)	(8.539)
Aluguéis (b)	(3.555)	(3.260)
Expediente e gerais	(5.600)	(6.275)
Impostos e taxas	(880)	(1.476)
Outras despesas	(8.913)	(7.589)
Total	<u>(45.755)</u>	<u>(42.314)</u>

(a) Referem-se a gastos com materiais de consumo diário da Fundação, tais como materiais de escritório, higiene e limpeza, copa e cozinha, didáticos, entre outros.

(b) Referem-se a gastos com aluguéis que estão fora do escopo do IFRS 16 - arrendamentos: despesas com aluguéis de imóveis.

28. Despesas com serviços de terceiros

	2025	2024
Segurança e limpeza	(18.700)	(17.182)
Serviços de assessoria e consultoria jurídica e administrativa	(3.324)	(3.778)
Publicidade e propaganda	(5.233)	(4.800)
Manutenção e reparos	(8.328)	(7.457)
Serviços administrativos	(434)	(488)
Autônomos contratados e estagiários	(689)	(602)
Outras despesas com serviços	(4.985)	(4.429)
Total	<u>(41.693)</u>	<u>(38.736)</u>



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

29. Outras receitas e outras despesas, líquidas

	2025	2024
Outras receitas:		
Propriedade para investimento - Atualização de valor de mercado (nota 14)	6.902	6.149
Valoração de trabalhos voluntários	23	23
Outras receitas operacionais	126	459
	<u>7.051</u>	<u>6.631</u>
Outras despesas:		
Baixa do ativo intangível - Marca Unifai	(20.000)	-
Inexigibilidade	(10)	(237)
Anistia de débito	(447)	(21)
Remensuração arrendamento	358	500
Alocação de trabalhos voluntários	(23)	(23)
Outras despesas operacionais	(1.524)	(3.591)
	<u>(21.646)</u>	<u>(3.372)</u>
	<u>(14.595)</u>	<u>3.259</u>

30. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras:		
Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas	11.499	12.716
Receitas com aplicações financeiras	16.926	11.689
Receitas financeiras de ensino e hospitalares	311	1.000
Receitas com atualização precatórios (nota 9)	9.960	-
Outras receitas financeiras	2.078	1.275
	<u>40.774</u>	<u>26.680</u>
Despesas financeiras:		
Despesas com cobranças bancárias	(456)	(522)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(30.880)	(26.376)
Encargos sobre tributos e parcelamentos	(3.148)	(2.692)
Descontos concedidos sobre financiamentos de mensalidades	(6.608)	(17.424)
Despesa com arrendamento mercantil	(1.745)	(1.279)
Outras despesas bancárias	(4.682)	(1.464)
	<u>(47.519)</u>	<u>(49.757)</u>
	<u>(6.745)</u>	<u>(23.077)</u>
Resultado financeiro líquido		

31. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Fundação possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de taxa de juros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, suas políticas e seus processos de mensuração, e o gerenciamento de riscos e de capital da Fundação.

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a) *Risco de crédito*

É o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação, representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de alunos e hospital e bolsas restituíveis.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito nas datas de encerramento dos exercícios é:

	Nota Explicativa nº	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.139	63.052
Aplicações financeiras vinculadas	4	5.035	9.124
Contas a receber de alunos e hospital-circulante	5	47.512	41.799
Contas a receber de alunos e hospital-não circulante	5	530	695
Bolsas restituíveis/FIES - Circulante	6	2.833	2.607
Aplicações financeiras em garantia de empréstimos	8.1	45.903	37.187
Aplicações financeiras com restrição de uso	8.2	41.600	-
Total		<u>168.552</u>	<u>154.464</u>

• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - A política de gestão de risco corporativo determina que a Fundação avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Fundação. A Fundação possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto e longo prazos, que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

• Contas a receber de alunos, hospital e bolsas restituíveis - O risco de crédito é, principalmente, gerenciado pela renovação das matrículas semestralmente, momento em que os débitos são quitados e/ou renegociados. Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios, sendo a carteira pulverizada e formada principalmente por pessoas físicas. Em 31 de dezembro de 2025, a Fundação possuía provisão de R\$35.063 sobre as contas a receber de alunos (71,78% do total), R\$4.730 sobre os créditos hospitalares (12,13% do total) e R\$1.595 sobre as bolsas restituíveis (36,02%) para fazer face ao risco de crédito.

b) *Risco de liquidez*

É o risco em que a Fundação encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

	2025					
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos	169.598	27.982	26.618	43.450	71.548	-
Empréstimos e financiamentos	18.229	18.229	-	-	-	-
Fornecedores	18.229	18.229	-	-	-	-
Total	<u>187.827</u>	<u>46.211</u>	<u>26.618</u>	<u>43.450</u>	<u>71.548</u>	-
	2024					
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos	181.964	20.219	32.616	49.513	79.616	-
Empréstimos e financiamentos	15.915	15.915	-	-	-	-
Fornecedores	15.915	15.915	-	-	-	-
Total	<u>197.879</u>	<u>36.134</u>	<u>32.616</u>	<u>49.513</u>	<u>79.616</u>	-

c) *Risco de taxa de juros*

Nas datas de encerramento dos exercícios, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Fundação era:

Instrumentos de taxa variável

	2025	2024
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixas - (ne. 4)	25.139	63.052
Aplicações financeiras vinculadas - (ne. 4)	5.035	9.124
Aplicações financeiras em garantia de empréstimos (ne. 8.1)	45.903	37.187
Aplicações financeiras com restrição de uso (ne. 8.2)	41.600	-
	<u>117.677</u>	<u>109.363</u>

Passivos financeiros:

Empréstimos e financiamentos - (ne. 16)	(169.598)	(181.964)
Total	<u>(51.921)</u>	<u>(72.601)</u>

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI

A Fundação mantém parcela substancial das suas disponibilidades em determinadas operações indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2025, a Fundação apresentava uma dívida líquida de R\$98.556 (R\$81.725 em 31 de dezembro de 2024).

A expectativa de mercado, conforme dados retirados do Banco Central do Brasil (Bacen), com data-base de 31 de dezembro de 2025, indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 14,26%, cenário provável para o ano de 2026, mediante a taxa efetiva de 13,20% verificada no ano de 2025.

	Cenário I - Cenário provável	Cenário II - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI de 2025	14,26%	14,26%	14,26%
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2025	98.556	98.556	98.556
Taxa anual estimada do CDI	13,20%	16,50%	19,80%
Efeito no instrumento financeiro: Diminuição/(aumento)	(1.045)	2.208	5.460

d) *Estimativa do valor justo*

A Fundação divulga seus ativos e passivos ao valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo e estrutura de mensuração do valor justo, os quais se referem a conceitos de avaliação e práticas e requerem determinadas divulgações sobre o valor justo.

e) *Estimativa do valor justo*

e.1) Valor justo versus valor contábil

Devido à natureza dos saldos, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de instrumentos financeiros da Fundação esteja próximo aos seus valores contábeis.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor contábil			Total
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	
Em 31 de dezembro de 2025				
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	25.139	-	-	25.139
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	5.035	-	-	5.035
Aplicações financeiras (garantia de empréstimos) e restrições de uso	87.503	-	-	87.503
Contas a receber de alunos e hospital	- 48.042	-	-	- 48.042
Bolsas restituíveis/FIES	- 2.833	-	-	- 2.833
Certificado de potencial construtivo a receber	- 5.695	-	-	- 5.695
Outros ativos	- 4.598	-	-	- 4.598
	<u>117.677</u>	<u>61.168</u>	<u>-</u>	<u>178.845</u>
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo				
Empréstimos e financiamentos	- 169.598	-	-	- 169.598
Fornecedores	- 18.229	-	-	- 18.229
Tributos parcelados	- 108.019	-	-	- 108.019
	<u>- 295.846</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>- 295.846</u>
Valor contábil				
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total

Em 31 de dezembro de 2024				
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	63.052	-	-	63.052
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	9.124	-	-	9.124
Aplicações financeiras (garantia de empréstimos)	37.187	-	-	37.187
Contas a receber de alunos e hospital	- 42.494	-	-	- 42.494
Bolsas restituíveis/FIES	- 2.607	-	-	- 2.607
Certificado de potencial construtivo a receber	- 5.695	-	-	- 5.695
Outros ativos	- 4.420	-	-	- 4.420
	<u>109.363</u>	<u>55.216</u>	<u>-</u>	<u>164.579</u>
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo				
Empréstimos e financiamentos	- 181.964	-	-	- 181.964
Fornecedores	- 15.915	-	-	- 15.915
Tributos parcelados	- 113.470	-	-	- 113.470
	<u>- 311.349</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>- 311.349</u>

e.2) Hierarquia do valor justo

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores esteja próximo aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Fundação utiliza vários métodos, incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo.

Com base nessas abordagens, a Fundação presume o valor que participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo hipóteses acerca de riscos ou riscos inerentes às entradas (inputs) usadas nas técnicas de avaliação. Essas entradas podem ser facilmente observáveis, confirmadas pelo mercado, ou não observáveis. A Fundação utiliza técnicas que maximizam o uso de entradas observáveis e minimiza o uso das não observáveis, e essas entradas para mensurar o valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia. Os ativos e passivos financeiros registrados ao valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração.
- Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo.
- Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem, ou cujos preços ou cujas técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível, a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Fundação são todos classificados no nível 2.

32. Cobertura de seguros

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que cubram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do

escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por valores de risco declarados de R\$453.050 para cobertura dos edifícios, R\$204.135 para conteúdo (máquinas, equipamentos, móveis, utensílios e instalações, entre outros) e R\$82.700 relativos aos limites máximos de garantia para cobertura básica de incêndio, raio e explosão.

33. Gratuidade por meio de bolsas de estudo e projetos

Uma das principais exigências para manutenção do CEBAS, principal requisito para fruição da imunidade às contribuições para a seguridade social pela Fundação, é o cumprimento do percentual de gratuidade previsto na Lei Complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

A legislação prevê a concessão de uma bolsa integral para cada cinco alunos pagantes, podendo a conceder bolsas estudos parciais, observadas as condições previstas na referida lei, ao aluno selecionado segundo o perfil socioeconômico. A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 ½ (um e meio) salário-mínimo e a bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários-mínimos.

No ano de 2025, a Fundação aplicou em gratuidade percentuais superiores a 20% (um bolsista para cinco pagantes), cumprindo a gratuidade exigida pela Lei Complementar nº 187/2021, conforme evidenciado no quadro 1.

Quadro 1 - Relação de alunos pagantes versus alunos bolsistas "filantrópicos", de acordo com os critérios definidos na Lei Complementar nº 187/2021

Ano-base de 2025	Junho/25	Dezembro/25
Número de alunos matriculados	10.444	9.980
Número de alunos pagantes	8.106	7.731
Número de alunos bolsistas graduação- PROUNI 100%	1.405	1.359
Número de alunos bolsistas graduação- FUNDASP 50%	99	82
Número de alunos bolsistas graduação- FUNDASP 100%	434	422
Número de alunos bolsistas pós-graduação- FUNDASP 50%	6	5
Número de alunos bolsistas pós-graduação- FUNDASP 100%	68	53
Número de alunos bolsistas DERDIC 100%	37	37
Total de alunos bolsistas	2.049	1.958
Bolsas integrais "100%" concedidas	1.944	1.871
Bolsas concedidas 50% "equivalente a 100%"	53	44
Total de alunos bolsistas "filantrópicos"	1.997	1.915
Relação com alunos pagantes	24,64%	24,77%

Em dezembro de 2025, a instituição ofertou uma bolsa de estudos de 100% para cada 4 alunos pagantes.

Ano-base de 2024	Junho/24	Dezembro/24
Número de alunos matriculados	10.935	10.362
Número de alunos pagantes	8.259	7.891
Número de alunos bolsistas graduação- PROUNI 50%	1	1
Número de alunos bolsistas graduação- PROUNI 100%	1.624	1.494
Número de alunos bolsistas graduação- FUNDASP 50%	77	87
Número de alunos bolsistas graduação- FUNDASP 100%	370	453
Número de alunos bolsistas pós-graduação- FUNDASP 50%	7	4
Número de alunos bolsistas pós-graduação- FUNDASP 100%	59	61
Número de alunos bolsistas DERDIC 100%	30	30
Total de alunos bolsistas	2.168	2.130
Bolsas integrais "100%" concedidas	2.083	2.038
Bolsas concedidas 50% "equivalente a 100%"	43	46
Total de alunos bolsistas "filantrópicos"	2.126	2.084
Relação com alunos pagantes	25,74%	26,41%

Apresentamos no quadro abaixo o detalhamento do cálculo do valor efetivamente recebido:

Quadro 2 - Demonstrativo do valor efetivamente recebido

	2025	2024
Saldo inicial de valores a receber (alunos) - Curto prazo	12.175	13.986
Saldo inicial de valores a receber (alunos) - Longo prazo	955	895
Receitas de mensalidades - Graduação	539.509	510.310
Receitas de mensalidades - Pós-graduação	140.673	135.150
Receitas de mensalidades - Deric	2.456	1.895
Receitas de mensalidades - Educação continuada	25.102	27.749
Bolsas de estudos concedidas	(181.324)	(172.089)
Descontos por pagamento antecipado das mensalidades de graduação	(12.614)	(13.452)
Abatimentos sobre mensalidades	(1.914)	(4.854)
Saldo final de valores a receber (alunos) - Curto prazo	13.254	15.096
Saldo final de valores a receber (alunos) - Longo prazo	530	695
Valor efetivamente recebido	511.234	483.799

Com relação ao valor equivalente à cota patronal isenta, a mesma está demonstrada no quadro abaixo:

Quadro 3 - Isenção usufruída

	2025	2024
Valor total da isenção usufruída	92.981	89.931
Cota patronal	72.676	70.300
SAT - seguro acidente de trabalho	3.864	3.734
Terceiros	16.441	15.897
COFINS - contribuição para o financiamento da seguridade social	-	-
CSLL - contribuição social sobre o lucro líquido	-	-



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Destacamos que a Fundação manteve suas atividades na área de assistência social durante o exercício de 2025, conforme demonstrado no quadro 4.

Quadro 4 - Demonstração do Resultado Segmentado

	2025					2024				
	Educa- cional	Saúde	Assistência social	Social	Total	Educa- cional	Saúde	Assistência social	Social	Total
Receita operacional bruta										
Mensalidades, taxas e inscrições	671.612	-	-	-	671.612	644.919	-	-	-	644.919
Cursos extracurriculares	23.534	-	-	-	23.534	25.340	-	-	-	25.340
Assistência médico-hospitalar	-	18.891	-	-	18.891	-	16.757	-	-	16.757
Subvenções e doações	2.405	89.886	-	-	92.291	2.405	75.760	-	-	78.165
Outras receitas	21.566	4.209	-	274	26.049	24.591	-	-	-	24.591
Total receita operacional bruta	719.117	112.986	-	274	832.377	697.255	92.517	-	-	789.772
Deduções										
Bolsas de estudo filantrópicas	(96.202)	-	-	-	(96.202)	(97.503)	-	-	-	(97.503)
Bolsas de estudo (sociais)	(85.121)	-	-	-	(85.121)	(74.586)	-	-	-	(74.586)
Abatimentos concedidos sobre mensalidades	(236)	-	-	-	(236)	(8)	-	-	-	(8)
Total deduções	(181.559)	-	-	-	(181.559)	(172.097)	-	-	-	(172.097)
Receita operacional líquida	537.558	112.986	-	274	650.818	525.158	92.517	-	-	617.675
Custos diretos e indiretos com atividades educacionais	(268.361)	-	-	(132)	(268.493)	(261.490)	-	-	-	(261.490)
Custos diretos com atividades hospitalares	-	(58.004)	-	-	(58.004)	-	(51.034)	-	-	(51.034)
Outros custos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total custo do serviço prestado	(268.361)	(58.004)	-	(132)	(326.497)	(261.490)	(51.034)	-	-	(312.524)
Superávit bruto operacional	269.197	54.982	-	142	324.321	263.668	41.483	-	-	305.151
Receitas (Despesas) operacionais										
Salários, férias e encargos sociais	(114.844)	(40.731)	(2.466)	(12.091)	(170.132)	(108.062)	(38.803)	(2.135)	(6.734)	(155.734)
Despesas com serviços de terceiros Gerais e administrativas	(33.257)	(6.549)	(416)	(1.471)	(41.693)	(31.475)	(5.756)	(403)	(1.102)	(38.736)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa e glosas	(32.948)	(8.945)	(230)	(3.632)	(45.755)	(36.543)	(7.776)	(149)	2.154	(42.314)
Provisão para processos e contingências judiciais	(1.718)	(828)	-	-	(2.546)	(4.081)	(797)	-	-	(4.878)
Depreciações e amortizações	2.397	-	-	-	2.397	462	-	-	-	462
Pesquisas e desenvolvimento científico	(11.023)	(235)	-	-	(11.258)	(11.081)	(263)	-	-	(11.344)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(22)	-	-	-	(22)	(552)	-	-	-	(552)
Total receitas (despesas) operacionais	(205.872)	(57.426)	(3.112)	(17.194)	(283.604)	(187.930)	(53.538)	(2.687)	(5.682)	(249.837)
Superávit operacional antes do resultado financeiro	63.325	(2.444)	(3.112)	(17.052)	40.717	75.738	(12.055)	(2.687)	(5.682)	55.314
Resultado financeiro										
Receitas financeiras	30.632	10.140	-	1	40.773	24.995	1.685	-	-	26.680
Despesas financeiras	(47.217)	(299)	-	(2)	(47.518)	(49.407)	(350)	-	-	(49.757)
Total resultado financeiro	(16.585)	9.841	-	(1)	(6.745)	(24.412)	1.335	-	-	(23.077)
Resultado do exercício	46.740	7.397	(3.112)	(17.053)	33.972	51.326	(10.720)	(2.687)	(5.682)	32.237

Em 2025, com base nos atendimentos/procedimentos ambulatoriais e internações registrados em nosso sistema de informações, garantimos o cumprimento de 85% de serviços prestados ao SUS, sendo 72,5% correspondentes à produção hospitalar e 87,1% correspondente à produção ambulatorial.

Atendimento Ambulatorial

Tipo	Jan/25	Fev/25	Mar/25	Abr/25	Mai/25	Jun/25	Jul/25	Ago/25	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Total	%
SUS	4.736	4.734	4.985	5.724	5.632	4.424	5.747	4.479	4.824	4.892	4.424	4.088	58.689	87,1%
Convênios	588	551	633	733	696	708	853	599	745	715	726	693	8.240	12,2%
Particular	26	28	29	44	42	35	56	40	50	41	43	34	468	0,7%
Total	5.350	5.313	5.647	6.501	6.370	5.167	6.656	5.118	5.619	5.648	5.193	4.815	67.397	100,0%

Atendimento Internado

Tipo	Jan/25	Fev/25	Mar/25	Abr/25	Mai/25	Jun/25	Jul/25	Ago/25	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Total	%
SUS	703	714	785	768	819	715	742	659	694	679	643	573	8.494	72,5%
Convênios	189	183	239	227	203	218	241	197	213	197	225	212	2.544	21,7%
Particular	59	57	55	45	59	56	73	69	50	43	62	46	674	5,8%
Total	951	954	1.079	1.040	1.081	989	1.056	925	957	919	930	831	11.712	100,0%

Consolidado (Atendimentos ambulatoriais e internações)

Tipo	Jan/25	Fev/25	Mar/25	Abr/25	Mai/25	Jun/25	Jul/25	Ago/25	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Total	%
SUS	5.439	5.448	5.770	6.492	6.451	5.139	6.489	5.138	5.518	5.571	5.067	4.661	67.183	84,9%
Convênios	777	734	872	960	899	926	1.094	796	958	912	951	905	10.784	13,6%
Particular	85	85	84	89	101	91	129	109	100	84	105	80	1.142	1,4%
Total	6.301	6.267	6.726	7.541	7.451	6.156	7.712	6.043	6.576	6.567	6.123	5.646	79.109	100,0%



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Os valores mencionados fazem parte das demonstrações de resultados e têm sua apuração pelo método de apropriação por centro de custo e registro de receitas.

A Fundação São Paulo teve seu último Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) concedido pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, do Ministério da Educação (SERES/MEC), por meio da Portaria nº 451, de 12/11/2020, exarada nos autos do Processo nº 23000.025974/2015-96, que certificou a entidade pelo período de 1º/01/2016 a 31/12/2018. A Fundação possui Certidão emitida pela SERES/MEC, atestando que tem o CEBAS ativo e válido até a conclusão de análise do processo nº 23000.040637/2018-71, bem como dos processos protocolados tempestivamente sob nº 23000.034002/2021-31 e nº 23000.035889/2022-65, os quais se encontram sob análise do MEC. Em 2024, a FUNDASP protocolou tempestivamente junto à SERES/MEC novo Requerimento de Renovação do CEBAS, sob o nº 23000.0532227/2024-39, pendente de análise.

34. Conciliação do fluxo de caixa

A Fundação apresenta em suas demonstrações financeiras o fluxo de caixa pelo método direto. Em linha com o CPC 3 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa, abaixo demonstramos a conciliação entre o superávit do exercício e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit do exercício	33.972	32.237
Depreciação e amortização	11.258	11.344
Provisão para créditos liquidação duvidosa	2.546	4.878
Provisão para contingências	(2.397)	(462)
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos	30.880	26.364
Juros recebidos	(19.315)	(13.964)
Superávit do exercício ajustado	<u>56.944</u>	<u>60.397</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de alunos e hospital	(5.713)	(9.120)
Estoques	(34)	(283)
Outros créditos	(32.068)	(17.436)
Fornecedores	2.314	1.568
Tributos a recolher e parcelados	(5.451)	(5.818)
Outras contas a pagar	3.543	(14.635)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	<u>406</u>	<u>(18.885)</u>
	<u>19.535</u>	<u>14.673</u>

DIRETORIA

José Rodolpho Perazzolo
 Diretor Executivo da Fundação São Paulo

João Júlio Farias Júnior
 Diretor Executivo da Fundação São Paulo

Edivaldo Batista da Silva
 Contador - CRC 1SP-212622/O-2

José Olímpio Cardoso Neto
 Controller - CRC 1SP-181828/O-5



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Conselheiros e Diretores Executivos

Fundação São Paulo
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação São Paulo ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a

auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-034519/O

Wallace Weberling Pereira
Contador - CRC SP-230870/O





BALANÇO SOCIAL

1 - Identificação

Nome da instituição: Fundação São Paulo Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Centro Universitário Assunção

Natureza jurídica: [] associação [X] fundação [] sociedade **Sem fins lucrativos?** [X] sim [] não **Isenta da cota patronal do INSS?** [X] sim [] não

Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)? [X] sim [] não

Possui registro no: [X] CNAS [X] MEC [X] COMAS [X] MINISTÉRIO DA JUSTIÇA [X] MINISTÉRIO PÚBLICO

Tipo/categoria: Educação

De utilidade pública? [] não Se sim, [X] federal [X] estadual [X] municipal

Qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior [X] sim [] não

2 - Origem dos recursos	2025	
	Valor (reais)	
Receitas Totais	R\$ 698.619.125,64	100%
a. Recursos governamentais (subvenções)	R\$ 3.736.466,70	0,53%
b. Doações de pessoas jurídicas	R\$ 285.666,62	0,04%
c. Doações de pessoas físicas	R\$ 3.250,00	0,00%
d. Contribuições	R\$ -	0,00%
e. Patrocínios	R\$ -	0,00%
f. Cooperação internacional	R\$ -	0,00%
g. Prestação de serviços e/ou venda de produtos	R\$ 632.350.666,09	90,51%
h. Outras receitas	R\$ 62.243.076,23	8,91%
3 - Aplicação dos recursos	2025	
	Valor (reais)	
Despesas Totais	R\$ 664.646.840,12	100%
a. Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal) valores no item 5	R\$ -	0,00%
b. Pessoal (salários + benefícios + encargos)	R\$ 437.880.953,79	65,88%
c. Despesas diversas (somatório das despesas abaixo)	R\$ 226.765.886,33	34,12%
Operacionais	R\$ 157.283.595,29	23,66%
Impostos e taxas	R\$ 880.143,51	0,13%
Financeiras	R\$ 47.518.684,90	7,15%
Outras (que devem ser discriminadas conforme relevância)	R\$ 21.083.462,63	3,17%
4 - Indicadores sociais internos (Ações e benefícios para os(as) funcionários(as))	2025	
	Valor (reais)	% sobre receita
a. Alimentação	R\$ 2.209.993,21	0,32%
b. Educação	R\$ 16.062.578,95	2,30%
c. Capacitação e desenvolvimento profissional	R\$ 371.511,25	0,05%
d. Creche ou auxílio-creche	R\$ 2.079.870,98	0,30%
e. Saúde	R\$ 12.438.144,94	1,78%
f. Segurança e medicina no trabalho	R\$ 1.375.717,17	0,20%
g. Transporte	R\$ 1.138.667,26	0,16%
h. Estágios	R\$ 688.806,64	0,10%
Total - Indicadores sociais internos	R\$ 36.365.290,40	5,21%
5 - Projetos, ações e contribuições para a sociedade (Vide também item 10)	2025	
	Valor (reais)	% sobre receita
a. Projetos de integração e inclusão social	R\$ 22.820,08	0,003%
	Nº atendimentos: 331	
b. Assistência jurídica	R\$ 3.409.477,44	0,49%
	Nº atendimentos: 3.483	
c. Atendimento clínico a usuários (idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, pessoas em situação de violência e risco, luto) e suas famílias	R\$ 12.424.641,04	0,02%
	Nº atendimentos: 9.857	
d. Política de Permanência Universitária - Concessão de bolsa alimentação	R\$ 3.538.782,57	0,51%
	Nº atendimentos: 112.978	
e. Política de Permanência Universitária - Programa de empréstimo de computadores	R\$ 511.150,30	0,07%
	Nº atendimentos: 362	
f. Política de Permanência Universitária - Concessão de Pacote de dados para acesso à internet	R\$ 41.382,08	0,01%
	Nº atendimentos: 39	
g. Centro Acadêmico 22 de Agosto (Assistência Judiciária)	R\$ 216.828,54	0,03%
	Nº atendimentos: 1.366	
Valores totais	R\$ 20.165.082,05	2,89%



BALANÇO SOCIAL

6 - Outros indicadores	2025	
	Nº Alunos	Valores (reais)
Nº total de alunos(as)	15.448	
Bolsas Integrais		
Prouni	1.478	R\$ 66.078.395
Filantrópica FUNDASP Lei Complementar 187/2021 - Graduação	450	R\$ 21.987.592
Filantrópica FUNDASP Lei Complementar 187/2021 - Pós-Graduação	68	R\$ 3.186.641
Filantrópica FUNDASP (DERDIC)	37	R\$ 1.032.522
Fundasp - DERCIC	7	R\$ 390.684
Acordo Interno - Graduação	247	R\$ 11.377.651
Acordo Interno - Pós-Graduação	111	R\$ 4.668.632
Ser PUC	2	R\$ 39.248
Bolsa Arq. Graduação	37	R\$ 934.641
Bolsa Arq. Pós-Graduação	20	R\$ 739.180
Bolsa Colégio Santo Américo - Pós-Graduação	5	R\$ 118.476
Bolsa COAPES	11	R\$ 311.826
Bolsa Estágio no Exterior - Pós-Graduação	15	R\$ 523.278
Bolsa Florestan Fernandes - Graduação	20	R\$ 915.466
Bolsa Itamaraty	2	R\$ 93.576
Mérito Acadêmico - Graduação	9	R\$ 856.573
Bolsa RI San Tiago Dantas - Pós-Graduação	26	R\$ 1.515.080
Bolsa Treinamento - Pós-Graduação	38	R\$ 149.829
Bolsa Treinamento - Educação Continuada	8	R\$ 27.417
Bolsa - Colégio São Domingo - Pós-Graduação	2	R\$ 130.368
Bolsa Antonieta de Barros - Pós-Graduação	5	R\$ 15.081
Bolsa Centro Universitário Assunção - Graduação	182	R\$ 1.911.366
Bolsa Convenção Coletiva - Graduação	2	R\$ 22.506
Bolsa Convenção Coletiva - Pós-Graduação	1	R\$ 2.742
Bolsa Diretoria	3	R\$ 41.982
Nº de alunos(as) com bolsas integrais	2.786	
Valor total das bolsas integrais		R\$ 117.070.751
	Nº Alunos	Valores
Bolsas Parciais		
Filantrópica FUNDASP Lei Complementar 187/2021 - Graduação	98	R\$ 2.763.833
Filantrópica FUNDASP Lei Complementar 187/2021 - Pós-Graduação	6	R\$ 120.975
Mérito Acadêmico	31	R\$ 532.332
Acordo Interno - Pós-Graduação	1	R\$ 2.716
Bolsa Colégio Santo Américo - Pós-Graduação	2	R\$ 13.075
Bolsa Arq. Graduação	18	R\$ 311.739
Bolsa Arq. Pós-Graduação	5	R\$ 118.914
Bolsa Florestan Fernandes - Pós-Graduação	2	R\$ 19.916
CAPES	1.202	R\$ 39.880.006
CNPq	244	R\$ 9.718.643
Bolsa Monitoria	152	R\$ 505.629
Projeto Vamos Sonhar Juntos	169	R\$ 720.899
Bolsa Assunção	72	R\$ 439.709
Nº de alunos(as) com bolsas parciais	2.002	
Valor total das bolsas parciais		R\$ 55.148.388
	Nº Alunos	Valores
Nº de alunos(as) com bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa	413	
Valor total das bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa		R\$ 1.044.863
Nº de alunos(as) com Financiamento Estudantil - FIES	295	
Valor do Financiamento Estudantil - FIES		R\$ 11.021.526

7 - Indicadores sobre o corpo funcional	2025
Nº total de empregados(as) ao final do período	2.532
Nº de admissões durante o período	303
Nº de prestadores(as) de serviço	492
Nº de empregados(as) até 30 anos	203
Nº de empregados(as) de 31 a 49 anos	947
Nº de empregados(as) acima de 50 anos	1.382
Nº de mulheres que trabalham na instituição	1.428
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	47,7%
Idade média das mulheres em cargos de chefia	56
Idade média dos homens em cargos de chefia	55
Nº de negros(as) que trabalham na instituição	158
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,0%
Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia	53
Nº de pardos(as) que trabalham na instituição	351
% de cargos de chefia ocupados por pardos(as)	10,3%
Idade média dos(as) pardos(as) em cargos de chefia	49
Nº de amarelos(as) que trabalham na instituição	40
% de cargos de chefia ocupados por amarelos(as)	2,1%
Idade média dos(as) amarelos(as) em cargos de chefia	49
Nº de brancos(as) que trabalham na instituição	1.973
Nº de indígenas que trabalham na instituição	10
Nº de estagiários(as)	82
Nº de pessoas com deficiência	145
8 - Qualificação do corpo funcional	2025
Nº total de docentes	1.090
Nº de livre-docentes(as)	76
Nº de doutores(as)	799
Nº de mestres(as)	167
Nº de especializados(as)	44
Nº de graduados(as)	4
Nº total de funcionários(as) no corpo técnico e administrativo	1.414
Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)	281
Nº de graduados(as)	480
Nº de pessoas com ensino médio	603
Nº de pessoas com ensino fundamental	26
Nº de pessoas com ensino fundamental incompleto	24
Nº total de funcionários(as) no corpo docente DERCIC	28
Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)	18
Nº de graduados(as)	10



FUNDAÇÃO SÃO PAULO
 Mantenedora da
 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
 e Mantenedora do
 Centro Universitário Assunção
 CNPJ nº 60.990.751/0001-24

DEMONSTRAÇÕES
 FINANCEIRAS

2025



ASSUNÇÃO
 CENTRO UNIVERSITÁRIO

BALANÇO SOCIAL

9 - Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social

	2025		2025
O processo de admissão de empregados(as) é:	<input type="checkbox"/> % por indicação <input checked="" type="checkbox"/> por seleção/concurso	Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos
A instituição desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não	A participação de empregados(as) no planejamento da instituição:	<input type="checkbox"/> não ocorre <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis - partic. dos empregados nos órgãos colegiados
Se "sim" na questão anterior, qual?	<input checked="" type="checkbox"/> negros <input checked="" type="checkbox"/> gênero <input checked="" type="checkbox"/> opção sexual <input checked="" type="checkbox"/> pessoas portadoras de necessidades especiais <input checked="" type="checkbox"/> Código de Ética - Seção II - Artigo 3º - Item a	A instituição possui Comissão/Conselho de Ética para o acompanhamento de:	<input checked="" type="checkbox"/> todas ações/atividades <input checked="" type="checkbox"/> ensino e pesquisa <input checked="" type="checkbox"/> experimentação animal/viviseccção <input type="checkbox"/> não tem

10 - Outras Informações (HSL)

A Instituição realiza, ainda, atendimento médico-hospitalar no Hospital Santa Lucinda, sendo que dos 67.397 atendimentos, 58.689 são gratuitos, por intermédio do Sistema Único de Saúde.



Fundação São Paulo

Edifício Franco Montoro
Rua João Ramalho, 182
Perdizes - CEP: 05008-000
São Paulo - SP
(11) 3670-3333

fundacaosaopaulo@fundasp.org.br



PUC-SP



ASSUNÇÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO

As Demonstrações Financeiras da Fundação São Paulo foram aprovadas pelo Conselho Curador em 13 de abril de 2026.